



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 89

Sessão Extraordinária de Julho

1.ª reunião em 18-07-2013

Aos dezoito dias do mês de Julho do ano dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro secretário e da Vogal Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, António José Mila Canhoto, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Fernando dos Santos Silva, Vasco Alves Lopes, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Estiveram ausentes nesta reunião os seguintes membros:

Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e Pedro Machado Pires da Rosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Marília Fernandes Correia Martins (chegou às 20:45 horas) e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 21:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Jorge Carvalho Arroiteia, João Carlos Martins Valente Rafael Alexandre Lopes Nevado e António Manuel Pinho Regala, respetivamente, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, António José Mila Canhoto, Paulo Alexandre Florentino Marques, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião, respetivamente, por Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando dos Santos Silva e Vasco Alves Lopes.

Os sucedâneos, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Julho, cujos pontos se transcrevem.

PONTO 1. – PLANOS DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA – APROVAÇÃO;

PONTO 2. – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO – AUTORIZAÇÃO;

PONTO 3. – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO, NA FREGUESIA DE CACIA – DELIBERAÇÃO.

Ponto 1. – Plano de Pormenor de parte da Zona Industrial de Cacia⁰⁰⁴ - Aprovação.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, nas reuniões ordinárias realizadas em 06/06/2013¹² e 04/07/2013, sobre o assunto em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“No cumprimento do estabelecido na Ordem de Trabalhos, cumpre-nos analisar, discutir e votar este Ponto Este Plano é muito mais do que um simples Plano de Pormenor, porque ele começa por concretizar aquele que foi durante penso que posso dizer décadas, um sonho da freguesia de Cacia, sonho esse que nos foi sendo transmitido pelo Senhor Presidente da Junta e pela respectiva autarquia local e que no essencial se procurava na concretização desse sonho, procurava-se criar uma nova via estruturante de acesso ao centro da freguesia de Cacia e daí, com esse novo acesso, valorizar o próprio centro e procurava-se ainda demarcar de uma forma clara, inequívoca e inquestionável aquilo que é espaço industrial nessa zona em Cacia e aquela que é a zona urbana de Cacia.

E este projeto e esta avenida que conforme penso que tiveram acesso na documentação distribuída, faz exatamente essa demarcação clara e inequívoca entre essas duas utilizações do solo.

Por isso acreditamos de que mais do que um simples Plano de Pormenor, de uma parte da zona industrial de Cacia, o que aqui está é a valorização do centro de Cacia e é também a valorização da própria freguesia de Cacia com esta acessibilidade pronta, imediata e fácil da N109 para o centro de Cacia.

Também está aqui presente e esteve presente durante estes quase sete anos em que este processo foi decorrendo, aquele desejo que é o desejo certamente de todos nós, de contribuir para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho e para a criação também de mais postos de trabalho. E foi com este duplo enquadramento que então durante estes quase sete anos decorreu o contacto entre o município e o grupo Portucel/Soporcel para concretizar este desejo. Como sabem este grupo de projeção internacional iniciou a sua actividade industrial aqui no nosso concelho, fê-lo (e é curioso e notar isso) há sessenta anos, na próxima terça-feira comemora-se exatamente sessenta anos sobre o dia em que então a Portucel, em que foi inaugurada, a fábrica da Celulose, na altura o termo correcto, foi inaugurada e entrou aqui em funcionamento no nosso concelho.

Curiosamente pela iniciativa e pela mão do avô do actual maior acionista da Portucel/Soporcel, que é o Dr. Pedro Queirós Pereira e este dado, de ter sido o avô a ter dado início à actividade da empresa aqui em Cacia, aqui no nosso concelho, foi também nuclear e também importante para a decisão que a empresa tomou de fazer o investimento aqui em Aveiro. Havia outras alternativas, outras hipóteses que se levantavam, mas este dado e a recordação que ele tinha, das visitas que fazia com o avô à fábrica há sessenta anos, levou naturalmente a pender também para o nosso concelho. É um Grupo de expressão nacional e mesmo mundial, exporta mais de 90% daquilo que produz. A nível europeu representa neste sector à data de 2010 uma cota de 43% e é mesmo a nível nacional a 8.ª maior empresa que mais exporta.

Aquele protocolo que celebrámos e penso que esse assunto já aqui foi abordado e discutido algumas vezes, nesse protocolo que celebrámos então em finais de 2010, inícios de 2011 com o grupo Portucel/Soporcel, estava previsto ou a expansão da actual fábrica ou a construção de uma nova fábrica na envolvente da actual, com um consequente investimento que rondará cerca de 300 milhões de euros e a criação de cerca de 759 novos postos de trabalho directos e indirectos.

Para que este processo e esse era um compromisso que estava claramente definido nesse protocolo que foi celebrado, para que este processo pudesse ter o andamento que todos desejamos, havia uma condição nuclear que era a aprovação do Plano de Pormenor para a zona. Hoje nesta Assembleia, o que está aqui é o culminar de um percurso que como sabem em termos burocráticos é repleta, recheado de dificuldades, mas é o culminar desse processo e com esta vinda à Assembleia Municipal desse Plano de Pormenor que é proposto, encerra-se aquela que é ou podemos designar como a primeira fase deste processo. O município aprovando este Plano de Pormenor, cumpre aquilo que eram as suas obrigações perante a Portucel/Soporcel, para que este projeto possa avançar. Dizer ainda que nesse protocolo que foi assinado entre as partes, há ainda uma contribuição da Portucel para a construção da tal nova via de acesso da N109 ao centro de Cacia, que atingirá um valor de cerca de quinhentos e trinta mil euros, é o valor da participação ou até quinhentos e trinta mil euros é o valor da participação ou com mais rigor até quinhentos e trinta e cinco mil euros é o valor da participação que a Portucel, com que irá contribuir para a construção dessa nova via de acesso ao centro de Cacia.

Passos seguintes; se hoje for aprovado o Plano de Pormenor, como dizia encerra-se aquela que é a primeira fase de todo este processo. A seguir naturalmente haverá a reunião com a Portucel, já que com esta aprovação, da nossa parte cumprimos aquilo que era as nossas obrigações e que foram assumidas com um grupo e a seguir a Câmara irá iniciar os procedimentos necessários, para a abertura da nova via, nomeadamente a abertura de concurso para a sua construção. E naturalmente a Portucel irá dar início conforme é sua obrigação assumida nesse protocolo à implementação do seu projeto, que sabemos estar adiantado.

Uma nota final para que numa época de crise, do aumento do desemprego, das preocupações sociais crescentes, criar a possibilidade de haver um investimento no nosso município, de uma empresa com esta grandeza da Portucel, representa um factor que nos parece extremamente positivo, ao arrepio daquilo que vai acontecendo a nível nacional e mesmo internacional. É também um projeto que se nos afigura de grandes repercussões positivas a nível nacional, pelo significativo peso que irá ter no produto interno bruto do nosso país. Face a isto, que sumariamente foi referido penso que é uma honra para todos nós aprovarmos este Plano, no qual acredito que irá marcar de forma muito positiva o futuro de Aveiro. Muito obrigado.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Elisabete Krithinas de Freitas, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Sesnando Alves dos Reis e Ernesto Carlos Rodrigues Barros.)

Presidente da Mesa⁰⁰⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁰⁷

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores Deputados municipais, todos os presentes. Bem, eu começaria por uma novidade, no sentido que não era ainda do conhecimento e de facto não era um assunto de somenos, portanto a perspectiva ou a expectativa de criação de 750 novos postos de trabalho no concelho, de facto é uma boa notícia. É uma grande notícia, veremos depois se a concretização se faz, se é exactamente assim, se não é, tudo bem, mas de facto é uma notícia que não vem aqui em qualquer lado reportada e não é uma coisa menor.

Em relação a todo este processo, cremos que há aqui uma sequência lógica. Portanto houve uma Assembleia Municipal em Maio de 2011, onde se fez o reconhecimento de interesse público da expansão e construção da nova fábrica da Portucel em Cacia, portanto está na acta 33, foi um processo que nós na altura colocámos diversas dúvidas em relação à sua real natureza e às suas consequências e impactos que poderia ter no concelho, não rejeitando à partida e sim na altura optámos mesmo pela nossa abstenção.

Na altura também, depois houve um procedimento de desafetação da RAN daquele território. Hoje falamos de um a mudança de tipologia do terreno para tipo 2, para zona industrial. E cumpre aqui fazer uma relação a este assunto, duas questões: uma dirigida directamente ao Senhor Presidente da Câmara, a outra dirigida naturalmente também à Presidência da Câmara, mas a todos os deputados.

Primeira questão. Porquê este período de tempo tão longo para uma decisão, portanto para uma evolução no processo, que finalmente parece chegado o dia, portanto estamos a falar de dois anos, porquê agora?

Segunda questão é uma questão que se coloca a todos os deputados municipais. Porque é que esta Assembleia Municipal de Aveiro não foi capaz de constituir uma Comissão Eventual para acompanhar todo este processo do Plano de Pormenor de Cacia?

É verdade que outras Comissões se têm criado e cremos que tiveram até resultados muito positivos. Mas também é verdade que gato escaldado de água fria tem medo e muitas, muitas Comissões que aqui se podiam ter criado nunca foram criadas por falta de vontade da maioria que suporta o actual executivo camarário.

De alguma forma achamos e cremos que esta foi uma situação, e isto foi um caso em que se poderia ter criado uma Comissão Eventual aqui da Assembleia Municipal de Aveiro. Tenho dito.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais, Casimiro Simões Calafate, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Carlos Mário Magalhães Anileiro.)

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

“Boa noite a todos os presentes. Bem, eu devo dizer que quando soube que a Câmara Municipal estava a trabalhar no Plano de Pormenor em Cacia fiquei, finalmente, com alguma esperança que deste Executivo saísse qualquer coisa, por pequena que fosse, de positivo para o concelho de Aveiro. Neste caso concreto na freguesia de Cacia, mas infelizmente enganei-me outra vez.

Disse o presidente que este é um sonho antigo de Cacia. Bem, não é. O sonho urgente de Cacia é uma política de regeneração urbana séria e ampla e não o plano de pormenor de uma hipotética fábrica. Porque quem lá vai de vez em quando, e eu vou, chega a ter a sensação que

está numa espécie de cidade fantasma, com uma larga maioria de casas abandonadas e a cair, sem mínimas condições para a mobilidade pedonal, atravessada por uma estrada nacional a transbordar de trânsito pesado e inadequado à área. O sonho da população de Cacia é ter qualidade de vida, não é ter uma fábrica ampliada.

É como se a Câmara Municipal de Aveiro nunca se tivesse preocupado com essa regeneração e planeamento urbano em Cacia nem, portanto, com a qualidade de vida de quem vive ali. Para as pessoas não há plano de pormenor. Para a Portucel há. E pelos visto com urgência porque se está a uns meses de eleições.

É por isso que é chocante perceber que aqui não estamos a falar dum plano de Pormenor para a Zona Industrial de Cacia, tal como anunciado, mas sim e apenas numa forma para agilizar a desafectação duma área considerável da Reserva Agrícola Nacional em favor duma empresa, neste caso a Portucel, ou seja 68000 m². 68000 metros² quase metade do Plano total, é um terreno que pertence à Reserva Agrícola Nacional e que está dessa forma incluída no PDM. É por isso justo dizer, sobre este ponto, duas coisas muito simples.

Este Plano de Pormenor é uma forma de favorecer a Portucel e de passar por cima do próprio PDM.

Este Plano de Pormenor é um favor de última hora, porque as eleições autárquicas estão à porta, que aparenta objectivos muito estranhos.

É que na política, como já disse aqui várias vezes, não basta ser sério, é preciso parecê-lo. Diga-se de passagem que vocês não parecem nada sérios quando fazem um favor destes a uma empresa destas — Por acaso até não sou só eu quem pensa assim.

Podia por exemplo, citar aqui Paulo Morais, que por ser do PSD até vos conhece melhor do que eu, e também mais de perto. Diz Paulo Morais que, e passo a citá-lo mesmo:

“Não haverá restrições nas campanhas para presidentes de câmara. Em tempos de austeridade, nestas despesas não se poupa. E não falta quem queira financiar os candidatos.

A verdade é que os financiadores acabam por ser os maiores beneficiários deste sistema. Serão, mais tarde, recompensados. Com obras públicas pagas pelo dobro do seu valor, com contratos para recolha de resíduos, com a concessão da distribuição de água e saneamento, ou até com a aprovação de projectos imobiliários ilegais. O retorno do financiamento das campanhas está garantido e é colossal.” Dito por Paulo Morais.

Mais ainda. Onde está o protocolo entre a Portucel e a câmara? Há garantias reais de criação de emprego? Não, não há. Porquê? Porque não vai ser criado nenhum.,

Aliás, já todos aqui se habituaram a perceber que as promessas de criação de emprego do presidente Élio Maia caem sempre em saco roto. Se cada vez que diz que vai ser criado um emprego em Aveiro, isso fosse verdade, em Aveiro não havia desemprego nenhum. Mas não é essa a realidade.

Aliás, é público (já depois da discussão que tivemos aqui sobre esta matéria) que a Portucel tenciona ser dona do terreno, mas não tenciona investir um tostão. E a câmara nunca garante nos protocolos nenhuma contrapartida. Onde está o protocolo que garanta a criação de emprego? Não há. Não foi apresentado. É sempre assim e desta vez não é excepção.

Além disso (falou-se aqui da Portucel quase com uma lágrima no canto do olho da Portucel em Aveiro), por exemplo, há alguma promessa da transferência da sede social da empresa para Aveiro? Não. Porquê? Porque isso não vai acontecer. Qual é a resposta da empresa a este favorzinho? Nenhuma! Muito obrigado”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹¹

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰¹²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹³

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Colegas. Desde Janeiro deste ano que, por razões de saúde, tenho faltado às reuniões desta AM tendo certamente acumulado mais faltas neste período do que nos 20 anos anteriores. Por isso, sabendo que esta será, em princípio, a última reunião desta legislatura, não pude deixar de vir despedir-me de todos vós. Aproveitei esta minha folga forçada para pôr as minhas leituras em dia e, nomeadamente, as relacionadas com os vultos históricos que erigiram Aveiro e fizeram dela o que hoje é. E, por razões óbvias e incontornáveis, esse notabilíssimo engenheiro de rijo carácter, homem de antes quebrar que torcer, que foi Luís Gomes de Carvalho, injustamente vilipendiado, escarnecido e humilhado por ser um Homem que estava muito à frente do seu tempo, por não contemporizar com jogos políticos e palacianos, e por ser liberal e trabalhar com outros notáveis aveirenses do seu tempo na Loja dos Santos Mártires, e que a vereação municipal de Aveiro haveria de deliberar expulsar da cidade por indesejável, jacobino, liberal e incompetente!

Ao Homem que contra tudo e contra todos livrou Aveiro do lodo, da lama, da dor, da miséria, da malária e da morte que a sitiaram em consequência do fecho da barra em 1575, o Homem que arrostou com o antagonismo e a perseguição dos “senhores das marinhas”, dos contrabandistas e do resto da comandita que era contra a abertura da Barra no local onde actualmente se encontra e preferiam a sua abertura na Vagueira, ao Homem que teve de proteger, da turba ululante, de arma na mão, tendo apenas ao seu lado o seu fiel encarregado Cláudio e sua esposa Maria Francisca de Paula Oudinot, que entregou os filhos ao cuidado das amas e solicitou também para si uma espingarda, a sua casa, a sua vida e o dique do canal que estava a abrir, e a quem acabaria, mais tarde, de ser dada ordem de prisão.

Senhor Presidente da assembleia Municipal, caros colegas: a esta altura já estarão a interrogar-se a que vem esta história ou se eu ensandeci de vez. Rogo-vos a indulgência de mais uns minutos de atenção e creiam que tem tudo a ver com o ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir.

Pois, como ia dizendo, com o advento do absolutismo, foi dada ordem de prisão ao Homem que pelas sete horas da tarde do dia 3 de Abril de 1808 abriu a barra perante meia dúzia de pessoas, quando devia lá estar a cidade inteira de Aveiro, abrindo definitiva e irrevogavelmente, o futuro de Aveiro, dando lugar a uma nova época de prosperidade e de saúde para as suas gentes.

Para perpetrar a prisão deslocou-se à sua residência um grupo armado, à frente do qual se encontrava o cirurgião e insidioso absolutista Almeida Coimbra.

E quando Luís Gomes de Carvalho lhe perguntou qual a lei em que se fundamentava para entrar em casa alheia e dar voz de prisão a um cidadão, recebeu de Almeida Coimbra a seguinte resposta: “A lei que me permite entrar em sua casa, a estas horas, para o prender, sem ordem nem mandato, Cidadão Gomes de Carvalho, é a lei do mais forte.” Ganhámos, Sr. Gomes de Carvalho. O poder é nosso. Somos nós quem faz e desfaz as leis!

E, perdoe-me senhor Presidente, quando li isto lembrei-me desta AM.

Nos últimos anos tem aqui prevalecido a lei do mais forte. Quase todas, senão todas as propostas da oposição, foram olhadas com desdém, escarnecidas, derrotadas por quem pensa que a democracia é uma ditadura aos bochechos e que ter mais votos num acto eleitoral lhe confere automaticamente a razão e o direito de fazer orelhas moucas às propostas dos vencidos por mais pertinentes que elas sejam. E é por isso que Aveiro chegou ao estado em que está!

Longe vão os tempos em que, o mais duradouro presidente da Câmara de Aveiro, o Dr. Girão Pereira, não via cair os parentes na lama por retirar propostas que estavam mal informadas ou incorrectamente formuladas ou, até, alterava a sua posição dando ouvidos àquilo que era dito na AM.

Longe vão os tempos em que o Dr. Rogério Leitão geria esta AM com a complacência de um verdadeiro democrata e não impedia ninguém de completar o seu raciocínio por mais desagradável que fosse para as suas cores.

Já tenho saudades do tempo em que o Dr. Carlos Candal, com a coragem política que sempre o caracterizou, mandava para trás ou se opunha a propostas do executivo do seu próprio partido.

Não digo que o Dr. Capão Filipe não trouxesse mais democraticidade a esta Câmara. Reconheçamos que pior era impossível. Mas, garantir os mínimos e deixar correr o marfim é pouco. Muito pouco neste caso!

Os partidos que apoiam a Coligação Juntos por Aveiro, o PPD/PSD e o CDS/PP, transformaram-se, paulatinamente, numa caixa-de-ressonância de um executivo incapaz e, por isso, não podem ser considerados isentos de culpas no estado a que Aveiro chegou. Chegou aonde chegou, com a sua conivência senão com o seu aplauso unânime.

E todos aqueles que se opuseram às propostas apresentadas, mesmo que mal urdidas, não cumprindo os preceitos legais ou completamente erradas, foram apelidados de serem incapazes, serem contra tudo e todos, de terem de ser do contra porque são da oposição (e quando não havia mais argumentos lá se traziam, de forma matreira e inqualificável, os casos do Aveiro Basquet ou do Kayak pólo, para denegrir as ideias do líder da bancada do PS a quem, isso esqueceram-se sempre de referir, foi dito num artigo de jornal que “Roma não pagava a traidores”.

E mesmo quando alguns apoiantes da maioria expunham algumas dúvidas sobre o que era proposto caía sobre eles o surdo opróbrio de serem assalariados de um outro presidente da câmara, de serem economistas medíocres à busca da notoriedade que lhe garanta um tacho ou até perigosos anarquistas que conseguiram guindar-se à liderança de uma bancada parlamentar “parceira” que apenas devia ouvir e calar, isto para apenas falar nos casos mais notórios e esquecendo até aquilo que aconteceu a vereadores da coligação quando não concordaram com determinadas posições do triunvirato maioritário que, aliás, geralmente, se vieram a mostrar totalmente erróneas.

Sr. Presidente. Não irei falar das promessas deste Presidente e que conduziram ao engano aqueles que nelas acreditaram, como os famigerados 400 milhões de euros de investimento, as centenas de postos de trabalho, a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, um novo ferry, a requalificação da Pateira de Requeixo ou mesmo da Avenida Lourenço Peixinho - e que lhe deram a vitória e à sua equipa e a maioria nesta Câmara.

Nem falarei daquela negociata noturna, que hoje cumpre 4 anos, da venda de um imóvel que foi revendido poucos minutos depois pelo dobro do preço e do cheque de quase 1,3 milhões de euros que andou no bolso do Presidente até se esgotar o prazo para a ação cambiária e que segundo creio ainda se encontra por pagar.

Nem do facto de um Município que devia assumir a liderança do distrito ser relegado, para um modesto lugar de fundo da tabela distrital, por notória incapacidade dos seus dirigentes.

Muitos dos enganados estarão neste momento a torcer a orelha que, como é óbvio, já não deita sangue.

Mas falarei de alguns processos profundamente gravosos que aqui foram aprovados apesar da oposição ter alertado para o erro crasso dessa aprovação como a taxa fixa do empréstimo de saneamento financeiro, da PPP para execução da Carta Educativa, da localização da UTMB (por falar nisso: onde anda a Comissão de Acompanhamento quando se afirma à boca cheia que estão a depositar lixo directamente no aterro?), ou daquela ponte maravilhosa que até teve aqui direito a slides para demonstrar a sua transparência. Ou da irmã dela para no meio das árvores da avenida S. Joana ouvir o trinado dos rouxinóis do Parque. E podia passar a noite nisto. Mas não vou continuar até porque o ponto que estamos a discutir é o Plano de Pormenor da ZI de Cacia.

Mas depois do que atrás disse de que me vale concordar, discordar ou apresentar alterações a esse Plano se à partida sei que, como no caso da prisão de Luís Gomes de Carvalho, no fim haverá sempre um qualquer Almeida Coimbra dizer: Ganhámos as eleições. Temos a maioria. Está aprovado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Obrigado Senhor Presidente, queria saudar a Mesa, digníssima Câmara, os colegas deputados e público aqui e a Comunicação Social. Eu lamento que este ponto seja completamente deturpado na sua discussão trazendo assuntos de que aqui não vêm ao caso.

Relativamente ao Ponto em discussão e que naturalmente é uma consequência de aprovações anteriores, queria só chamar aqui algumas atenções. Uma é uma pergunta directa ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a algumas afirmações que aqui foram feitas, da eventual não concordância dos Cacienses com este Plano.

Perguntava Senhor Presidente, no âmbito da discussão pública do Plano de Pormenor, quantas reclamações os Cacienses fizeram relativamente a este Plano? Isto é fundamental. Tudo o resto são pessoas que não conhecem Cacia, não são Cacienses, não vale a pena dar muito mais atenção! Isto porque estamos a falar de uma intervenção relativamente aos particulares que ainda têm terrenos e vão agora ser abrangidos na ordem dos dois hectares com a legalização que este plano pormenor abrange. O que quer dizer que ao longo de mais 25, 30 anos, a Portucel ocupou industrialmente outros três hectares e tal. Onde estavam os destacados membros do Bloco, que na altura em Cacia também comiam da mesma (desculpem a expressão) gamela que a Portucel produzia? Onde estavam? Portanto são afirmações que não podemos levar em consideração.

A Portucel ainda hoje, apesar das ambiências das chamadas competitividades, baixou bastante, imenso mesmo, a sua força de trabalho directa, mas mantém centenas de postos de trabalhos diários durante todo o ano.

A possibilidade que se está a dar à Portucel de no momento em que entender, em que o mercado lhe proporcionar, tem as condições para fazer o seu investimento que está previsto no âmbito da Portucel há muitos anos.

Portanto só queria dizer que este Plano, também tenho a consciência que demorou algum tempo, poderia na minha opinião talvez ter sido encurtado um pouco, porque nada melhor do que dar às empresas que criam postos de trabalho e sustentam a economia nacional, as condições para poderem se desenvolver a si próprias e às comunidades em que estão envolvidas. Tudo o resto não passa mais do que conversa fiada. Obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)[016](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[017](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE)[018](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[019](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, digníssimos membros da Mesa e da vereação, caros colegas.

Relativamente a esta matéria, eu penso que de facto este Plano de Pormenor apesar de já vir no meu entender com algum atraso de facto, penso que este assunto se arrastou por tempo demais. Eu penso que é ele um contributo muito importante para a valorização da zona industrial de Cacia e pretende responder a algumas situações de facto complicadas, existentes ao nível do urbanismo em Cacia.

Portanto eu acho que ele, de acordo com os próprios objectivos que estão definidos para o Plano, penso que vem responder de forma adequada às expectativas e às necessidades

emergentes. Propõe o aumento da área destinada à instalação de actividades industriais, pretende integrar a expansão e o desenvolvimento da área industrial no tecido urbano, pretende articular e reforçar todas as redes de infraestruturas nomeadamente as viárias, ambientais e tecnológicas, permitindo ou potenciando o estabelecimento de novas unidades industriais e também pretende reorganizar o tráfego e as acessibilidades locais. Portanto é um conjunto de factores positivos que à partida nos deixam confortáveis para votar favoravelmente este Plano.

Se poderíamos ter constituído uma Comissão? Eu pessoalmente acho que sim, não vejo porque não constituir essa Comissão.

Mas o que aqui temos é suficientemente exaustivo e está muito bem explicado de maneira que nós possamos até aqui tirar todas as dúvidas.

No entanto e por falar em dúvidas, eu gostaria de salientar que para mim não é factor decisivo a hipotética construção de uma nova fábrica, não é isso que está em causa.

O que está em causa é o Plano de Pormenor e é isso a que nós nos devemos cingir. Não é a discussão de um futuro investimento que a gente não sabe se vai acontecer, isso está para mim pessoalmente fora de questão. O que está aqui em causa é o Plano de Pormenor em si.

Até poderá aparecer lá outra coisa qualquer. Agora há aqui uma questão, uma dúvida que eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me explicasse. É porque é que isto não obteve o parecer favorável da Direcção Geral do Território?

Seria conveniente explicar porque obteve um parecer de todas as entidades, e não obteve deste. Porquê? Depois há também aqui uma coisa que não está, aliás foi descrita neste Plano de Pormenor de forma muito incipiente ou nada esclarecedor, estou a falar da forma como se vão financiar sete milhões e duzentos mil?

Isto pressupõe a compra de terrenos no valor de seis milhões de euros e outras beneficiações no valor de um milhão e duzentos mil euros e o plano de financiamento praticamente não fala nisso, quer dizer, aborda pela rama mas não é tranquilizador. Nós estamos em desequilíbrio financeiro e portanto é muito importante saber onde é que nós vamos buscar o dinheiro, porque pôr em obra nós sabemos pôr e poderemos pôr e poderemos aprovar com toda a certeza, não é isto que está em causa. Agora isto tem implicações do ponto de vista financeiro que era conveniente acautelar.

Era muito, muito necessário, muito importante nesta altura dizer, quando é que isso se pretende fazer e qual é a sua implicação do ponto de vista financeiro para o futuro, porque podemos incorrer naquilo que temos vindo a criticar que é fazer obra e não ter dinheiro para pagar. Portanto como estamos neste ambiente de sustentabilidade, eu peço ao Senhor Presidente da Câmara, o especial favor de me explicar esta matéria. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Vou ser muito rápido. Basicamente aquilo que disse aqui o meu colega de bancada está correcto. Digamos que no Relatório deste Plano estão os objectivos específicos muito bem definidos e com base neles houve digamos os procedimentos, nomeadamente o colher dos pareceres favoráveis de todas as entidades. Seguiu-se os tramites legais e considero digamos este Plano fundamental para a zona de Cacia, especialmente nos dias que correm, quando se valoriza e se potencia a capacidade de ampliar o sector produtivo nacional, penso que de facto é uma mais-valia não só para Cacia mas para todos nós. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[02c2](#)

“Antes de mais boa noite. Muito brevemente só fazer uma referência, que me parece que falta a planta de drenagem que é referida no Regulamento. Eu não a encontro na documentação que

está fornecida pela Assembleia. E voltar a recordar aquilo que é história porque a história destes terrenos porque isto não começou hoje, como já foi aqui mencionado, foi declarado o reconhecimento de interesse público para desafectar aqueles terrenos de reserva agrícola nacional, que estão consagrados neste Plano de Pormenor. Essa deliberação foi feita ao arrepio daquilo que são o mínimo de regras de decência, nomeadamente como o Bloco já explicou aqui, o pressuposto à linha que era usada para justificar a desafecção dos terrenos, referia-se a outra tipologia de empresas, empresas de capital público e não empresas privadas e no entanto na altura a Assembleia não quis retirar o Ponto e continuou em frente. A este procedimento já de si errado, acresce que, e está previsto na Lei, no Decreto-lei 73/2009 no seu ponto 1, do artigo 23.º, que deve existir um parecer prévio de uma autoridade regional na reserva agrícola nacional. Esse parecer prévio nunca apareceu, aliás aqui neste Regulamento é referido que no âmbito de outro processo houve a desafecção de cinco mil e oitocentos metros quadrados, não tem nada a ver com o que estamos aqui a falar, não há um parecer de uma entidade regional a aprovar a desafecção de sessenta e oito mil, cerca de sessenta e sete mil, (se não estou em erro) metros quadrados, sessenta e seis mil e portanto o processo não podia ser mais opaco, para ainda incrementar opacidade, é feita em fim de mandato, obviamente com tudo o que isso acarreta não é? E portanto mesmo a nível procedimental tudo isto levanta muitas suspeitas, o BE não suspeita, diz que pura e simplesmente isto não é forma de fazer as coisas. E lembro, porque falou-se aqui em empregos, 750 postos de trabalho e investimento, eu lembro que havia uma notícia, que na altura o BE também deu conhecimento ao executivo e deu conhecimento a esta Assembleia, em que a Portucel dizia “preto no branco” que não pretendia investir, fazer a expansão da sua unidade fabril. Isto já depois e reconhecendo que em Aveiro já tinha sido reconhecido o interesse público e que já tinham sido desafectados os terrenos para esse investimento e no entanto a Portucel dizia que não fazia intenção de investir. O executivo recusou-se a reagir e nem sequer mencionou se tinha feito alguma conversação com a Portucel, para clarificar uma situação que é obviamente do interesse de quem aprova algo deste género. É também óbvio aqui que o Plano de Pormenor serve para se sobrepor àquilo que é o Plano Director Municipal, ou seja este executivo não o trouxe à Assembleia e como não vai fazer em tempo útil, elabora um Plano de Pormenor completamente vocacionado para a Portucel, não estamos aqui para falar da zona industrial de Cacia, estamos a falar da Portucel e faz isso claramente para favorecer esta empresa.

E nesse sentido, obviamente isto não pode merecer o voto favorável do Bloco, quando já foi referido que o processo é feito contra a Lei, que não foi feito da forma que deve ser feito e este Plano legitima uma decisão que não é legítima, que é a desafecção dos terrenos, quando já foi mencionado que não existe um parecer da entidade regional relativamente a esta área que eu estou a falar e não à outra que o Regulamento fala e portanto só pode merecer o nosso voto contra.

No entanto também há aqui uma questão que é preocupante e que é mencionada, que o terreno não é todo ele propriedade da Portucel e haverá eventualmente pequenos proprietários. E parece-nos óbvio perguntar como é que se elabora um Plano, para uma zona industrial, quando há pequenos proprietários abrangidos por esse Plano e é mencionado também que existe a possibilidade de expropriação, ou seja usar este Regulamento e autoridade que a Câmara tem para expropriar, para recorrer à expropriação. É óbvio que tem que se perguntar, o executivo conhece quais são as intenções dos outros proprietários que estão abrangidos neste Plano de Pormenor? Eles querem fazer uso industrial daquilo que é possível ver pelas imagens de satélite, não parece que esteja a ser dado um uso industrial e há inclusive pequenas habitações na área consagrada. E portanto é urgente esclarecer qual é essa situação? Se a Câmara deve ter conhecimento dela e agora deve dar conhecimento disso mesmo à Assembleia.

E também para desmentir aqui uma ideia, que estão a atrair investimento para Cacia!? Ora claramente aquilo que é dito no próprio Regulamento é que naquilo que é a criação de

infraestruturas, muito fica à responsabilidade da Câmara, aliás no artigo 23.º diz isto mesmo, “será responsabilidade da Câmara Municipal, garantir a execução de infraestruturas urbanísticas, da expansão da área industrial, nomeadamente no que se refere a arruamentos, espaço público, redes de energia eléctrica, redes de telecomunicações, redes de drenagens, esgotos e águas pluviais ou seja, isto tem custos para a autarquia e a autarquia vem aqui vender o peixe, que isto é só investimento para Cacia, que é uma maravilha, quer dizer, sinceramente este tipo de discurso que tenta só mostrar o lado positivo das coisas ou como se de facto a autarquia não se estivesse também a chegar à frente com dinheiro nestas situações, não pode passar e portanto tem que ser deixado claro. E também foi mencionada aqui a importância da empresa, como ela é no seu processo de internacionalização e que é uma empresa exportadora, com certeza que o é, mas esqueceram-se de referir por exemplo que em Moçambique onde esta empresa tem negócios, nomeadamente na província de Manica, há trabalhadores desempregados que não queriam a instalação de uma unidade fabril lá. No entanto num processo ardiloso da empresa, ela prometeu oferecer trabalho em troca de terras. Conclusão, o número de Odesempregados abundantes, achou a generosa oferta e aceitou, conclusão: a Portucel fez contratos com base verbal e neste momento está a ocupar os terrenos e obviamente não tem nenhuma garantia para esses trabalhadores. E portanto quando se dá aqui uma imagem de responsabilidade social e de mais-valia, convém contar a história toda e não ficar a meio.”

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos, excelentíssima Câmara, caros colegas. Penso eu que estaremos completamente, a maioria desta Assembleia estará de acordo com a aprovação deste Ponto, porque realmente se nós navegarmos uns poucos de anos atrás, vimos que realmente que Cacia cresceu e cresce devido à Portucel. A Portucel que para alguns será o papão poluidor, hoje já não o é! E a nova fábrica que irão ali construir, também já a nível de poluição, pouco ou nada terá, porque é uma fábrica que em princípio será uma fábrica de papel normal e portanto toda a parte primária da execução do papel e da celulose é que realmente é bastante poluidora, o que com os investimentos que se tem feito naquela unidade industrial, toda essa poluição está a diminuir de dia para dia e diminuiu de ano para ano, desde o início da sua fábrica, há sessenta anos, até hoje. Portanto penso que é um bem e além disso a maior parte, a grande parte dos terrenos que aqui se falam, já eram para a Portucel, portanto estamos a falar se calhar numa ordem dos 20%, 25% do terreno a adquirir e para adquirir esses terrenos há várias formas, realmente se eles são de proprietários privados ou são de instituições públicas, pois há desde negociações particulares até à expropriação, para que não impeça que um projeto desses avance e se realize e concretize e realmente faça criar emprego, mais emprego naquela zona, porque o que é certo e que hoje em dia a Portucel continua a ter, talvez mais que umas centenas, talvez um milhar e pouco de funcionários numa fábrica que trabalha vinte e quatro horas por dia, uma fábrica que dá riqueza ou prejuízo vinte e quatro horas por dia, os impostos poderão ser pagos em Lisboa, mas o que é certo é que o mapa dos trabalhadores são da nossa região, nomeadamente na zona de Cacia. Portanto é uma mais valia conseguirmos um investimento destes e claro que está, terá que ser vigiado, terá que ser fiscalizado convenientemente, para que não se procedam a situações menos boas que nós não desejamos. Quero ainda acrescentar que neste momento a Portucel e Cacia tem infraestruturas suficientes a nível de redes ambientais, até à Estação de Tratamento de Águas Residuais, está toda devidamente equipada para uma nova fábrica com dimensão como esta e para um período de optimização de tempo na ordem de mais vinte ou trinta anos, temos condições já criadas e infraestruturas já criadas em Cacia, para albergar todas estas situações. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²⁴

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰²⁵

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Aparentemente estamos na última Sessão da Assembleia Municipal deste mandato e portanto eu também gostaria de usar esta primeira intervenção nesta Assembleia Extraordinária, para através da pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes — dizer que foi um prazer da minha parte poder debater os problemas de Aveiro convosco e a forma como se ia desenvolvendo o governo do nosso município, apesar de concordar em absoluto que esse debate foi feito sobre o constrangimento que eram absolutamente evitáveis, como já o meu colega de bancada Raúl Martins bem realçou, se houvesse outro tipo de cultura, não sei se democrática de envolvimento das outras pessoas, se houvesse mais modéstia e mais capacidade de envolver as outras bancadas, como é aliás tradição desta Assembleia Municipal e era uma tradição que erra bom ter sido mantida.

Relativamente a esta questão, eu ouvi com muito interesse a intervenção de todos os deputados que me antecederam, com especial interesse, como também sempre faço, a intervenção do deputado Olinto Ravara, porque a minha questão fundamental que eu queria introduzir é precisamente a questão da política de desenvolvimento económico no concelho de Aveiro. Isto é uma questão que nós PS temos vindo a trazer a esta Assembleia já desde outros mandatos e neste mandato eu tenho particularmente falado sobre esta questão, é uma questão absolutamente fundamental em qualquer enquadramento, é-o ainda mais no enquadramento actual, tenho dito isso também várias vezes e portanto eu gostava que este tipo de esforço da Câmara fosse enquadrado num esforço efectivamente de ordenar as nossas zonas industriais, eventualmente criar mais, de criar condições para que os agentes económicos efectivamente se fixem no concelho de Aveiro e possam investir, portanto e que a Câmara seja facilitadora desse investimento. Infelizmente isso não foi o caso nos últimos oito anos, quer dizer, nós tivemos intervenções pontuais da Câmara, que foi acudindo a fogos, a solicitações que foram aparecendo, ainda por cima com este atraso que vimos agora culminar nesta situação e isso tem obviamente consequências para os cidadãos de Aveiro, que são muito negativas. E portanto o deputado Olinto Ravara dizia que este Plano de Pormenor não tanto no enquadramento da Portucel, mas no enquadramento da zona industrial de Cacia e de outro tipo de investimento. Mas a questão é que este Plano de Pormenor, faz por exemplo uma coisa que é alterar o uso dos solos e portanto essa alteração do uso dos solos, eu não tenho nenhuma posição dogmática relativamente a esta questão, mas acho que o município e nós como representantes dos cidadãos e participantes do desenvolvimento do município, devemos resistir a esta alteração da reserva agrícola nacional, até ser absolutamente provado que isso não pode existir. E portanto a única razão por haver uma alteração dos solos nesta região, nesta zona é porque há uma empresa de relevo que precisa dessa desafecção, é o único enquadramento que eu vejo, quer dizer, não pode ser no enquadramento em que o deputado Olinto Ravara estava a dizer, quer dizer é a única justificação, é porque tem de acontecer porque está lá instalada uma empresa, que é muito difícil pegar nela e pô-la noutra sítio, quer dizer, isso poderia significar perder este investimento. Portanto tem que ter esse enquadramento, julgo eu, portanto queria que o Senhor Presidente esclarecesse essa questão. É evidente que nós competimos por investimento com outros territórios e portanto devemos ser facilitadores desse investimento, desde que justificável e portanto era essa a justificação com mais profundidade da desafecção dos solos de reserva agrícola nacional para este tipo de uso, efectivamente qual é que é a razão que está por trás dela? E depois todo o enquadramento, de facto o desenvolvimento desta zona industrial, a compra e investimento da Câmara Municipal, quem é que vai promover a fixação de empresas nesta zona industrial, se é exclusivamente para a Portucel se não é, como é que isso vai ser feito? Se o município vai ser

promotor desse envolvimento, se vai adquirir terrenos, como é que se vai fazer o desenvolvimento de parte da zona industrial de Cacia nos anos futuros? E portanto para já dizia isso, com uma nota final da recorrente preocupação nova, dos últimos 15 dias, três semanas, um mês, da bancada do PSD relativamente ao desequilíbrio financeiro da Câmara e à necessidade de acautelar financiamento de projectos, que eu aconselhava, até reunirem com a candidatura actual, para precisamente acautelarem esse financiamento e não prometerem coisas que são exequíveis e portanto disse para já.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, nós em Abril de 2011, aprovámos nesta Assembleia uma declaração de reconhecimento de interesse público, da expansão ou construção de uma nova fábrica da Portucel em Cacia. E por isso é lógico, que perante este interesse do município de Aveiro em ter uma empresa como a Portucel no nosso município, dado o reconhecimento que esta empresa tem a nível local, seja a nível de Cacia, seja a nível do município da região de Aveiro e também a nível nacional é importante que nós em Aveiro possamos disciplinar aquilo que, a zona que realmente, onde se implanta a Portucel. E por isso este Plano de Pormenor que nós estamos a analisar com todas estas peças que nos chegaram e por isso com uma fundamentação própria de um Plano de Pormenor, nós só temos é que nos regozijar por ter chegado a esta Assembleia Municipal. E por isso aquilo que gostaria só de acrescentar é só isto, que realmente é que nós estamos de acordo com este Plano de Pormenor. Nós saudamos o facto da Portucel querer continuar a investir em Aveiro. Nós saudamos o facto de os Cacienses estarem contentes pela Portucel estar em Aveiro. Saudamos o facto da Câmara Municipal de Aveiro e a Portucel se terem entendido também para que possam fazer um conjunto de bem feitorias, de acesso à zona norte de Cacia ou à zona mais nascente de Cacia e por isso havendo zonas distintas de acesso à Portucel e também de acesso a essas zonas de Cacia que são contíguas àquela fábrica, àquela zona industrial e por isso para nós é muito importante que realmente haja este entendimento entre uma empresa destas e o município de Aveiro, porque é uma empresa que trás emprego, é uma empresa que trás desenvolvimento, é uma empresa que trás receita. Tivéssemos nós, muitas outras empresas como esta e poderíamos estar muito melhor do que aquilo que estamos neste momento hoje também em Aveiro e no nosso país. E por isso estamos de acordo. E eu não sei se temos que pedir desculpa, por maioritariamente estarmos de acordo, mas nós estamos de acordo e vamos votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[028](#)

“Penso que poderei resumir as questões colocadas em quatro. A demora que este processo conheceu e a questão da desafecção da RAN e a questão da participação, e por último o seu investimento e a sua sustentabilidade.

Quanto à demora, só quem não conhece este país, só quem não conhece a carga burocrática que nos cerca e que nos rodeia, é que fala em demora neste processo. Para mim, pessoalmente, que como era meu dever fui acompanhando, este processo foi extremamente célere.

Primeiro só para terem uma ideia, só a homologação do cadastro, o que é a homologação do cadastro? Uma empresa da especialidade faz o levantamento dos terrenos, faz as suas marcações, mas depois tem que haver uma entidade oficial que põe um carimbo a dizer que o levantamento está correcto. Só isso demorou quatro meses para conseguirmos a validação daquele cadastro. Agora imaginem o que é, reunir com as entidades todas que se têm que pronunciar no âmbito deste processo, em que todas têm que dar pareceres, em que naturalmente os pareceres, há sempre algumas questões a acertar e a afinar — e conseguir isto no prazo de um ano, porque quero aqui recordar faz hoje exactamente um ano, que foi

publicado o Diário da República a abertura da elaboração do Plano de Pormenor para a zona industrial de Cacia.

Faz hoje exatamente um ano, em que estávamos em condições, porque já até ai tivemos que ultrapassar muitos obstáculos, devo dizer isto. Conseguir isto num ano é notável e quero aqui agradecer aos serviços do município por este empenho e por este resultado que conseguiram neste processo, para que exatamente no período de um ano, tivéssemos aberto o procedimento da elaboração do Plano de Pormenor e um ano depois estar aqui a apresentá-lo na Assembleia.

Segunda questão, a desafecção da RAN. Deixar aqui muito claro, eu penso que da outra vez já ficou, mas reafirmar isto, porque penso que há aqui ainda alguma confusão sobre este aspecto. Os terrenos que foram desafectados da RAN foram desafectados apenas e só para este fim específico. Se enfim, agora me apetecer comprar lá um terreno para construir uma piscina, não posso. Construir uma casa? Não posso. Para isso é zona agrícola, sempre. E será sempre zona agrícola. Apenas não será zona agrícola para este fim específico. Se não for respeitado o fim, os terrenos não se encontram desafectados da zona agrícola.

Quanto à participação e responder ao Senhor Presidente da Junta de Cacia, no âmbito da discussão pública, foi zero, portanto não houve participação neste processo, mas em acréscimo a isso, dizer e reafirmei-o aqui inicialmente, que o envolvimento da autarquia/freguesia através dos seus órgãos foi sempre total neste processo também o acolhimento das pessoas em quem foi possível contactar foi sempre extremamente positivo e o resto, o resto aqui se ouviu, é pura irresponsabilidade política, etc. Não podemos perder muito tempo com isso.

Quanto ao investimento, portanto a frase que aqui foi dita há pouco, até poderá aparecer lá outra coisa, porque como já perceberam não pode aparecer lá outra coisa, ou aparece investimento ou não aparece mais nada.

Também foi aqui questionado, porque é que não teve o parecer da Direcção Regional do Território? Penso que no processo, não sei se chegou às vossas mãos, consta uma acta de uma Reunião/concertação/serviços, que se realizou com a Direcção Geral do Território em 5 de Junho de 2013, em que face ao exposto e tem diversos considerados e diversas conclusões, a Direcção Geral do Território emite parecer favorável à proposta do Plano de Pormenor, da parte da zona industrial de Cacia, portanto pronunciou-se, está também aqui como é evidente nesse processo.

Por último que não em último a questão da sustentabilidade financeira. Onde é que vamos buscar o dinheiro para isto? Falou-se aqui em cerca de seis milhões, mais milhão e meio, sete milhões e duzentos.

O único envolvimento do município, conforme aqui foi referido inicialmente, o único envolvimento é no processo da construção da avenida, aquela zona de ligação ao centro de Cacia. E este é o único envolvimento e o único custo que o município tem que assumir directamente neste processo, o único.

E mesmo assim, como referi aqui há pouco, para esse processo é que o município assume essa responsabilidade, a Portucel contribui até quinhentos e trinta e cinco mil euros para isso. Portanto não temos que ir buscar os sete milhões de euros a lado nenhum, porque o único envolvimento, o único custo será no que faltar entre aquilo que será o custo do processo e da construção dessa nova avenida, que faz falta a Cacia e na qual o município tem o dever também de participar, mas conseguiu-se também aqui este envolvimento da Portucel, o que naturalmente também não podemos deixar de saudar, de registar, como também no exemplo de responsabilidade social que a empresa assume. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

Bem, houve aqui um deputado do PSD, o deputado Olinto Ravara, que assumiu que nem sequer se sabe se vai haver investimento! Mas é verdade, não se sabe. Ou seja, aquilo que se sabe é que há uma empresa, conhecida também por ser poluente, e que representa de facto um problema de saúde pública para quem vive em Cacia, que vai passar a ser proprietária dum terreno que actualmente é, e muito bem, da Reserva Agrícola Nacional. Para além disto só ouvi aqui várias incongruências por parte da direita que eu não entendo.

Por um lado é-nos dito que a Portucel é a oitava maior exportadora nacional, e que ganga milhões, o que é verdade. E que parte dos terrenos, isto afirma o deputado do CDS Ernesto Barros, que parte dos terrenos já são da Portucel, o que é verdade. E por outro lado a Câmara compromete-se a pagar os custos das obras, o que é verdade, mas é um absurdo político.

Foi aqui até dito que Cacia só tem crescido por causa da fábrica Portucel, o que é verdade, mas também é a assunção da vossa incompetência política. Uma freguesia como a de Cacia não tem nenhum investimento público e depende, exclusivamente, duma fábrica de pasta de papel, com todas as consequência ambientais e sociais que isso acarreta, e agora desafectam-se terrenos da Reserva Agrícola Nacional a favor dessa empresa. Posto isto pergunto: É esta a vossa visão política de desenvolvimento? Ter uma fábrica no meio da malha urbana? Não sabem que isto é exatamente o contrário do que se deve fazer? Como não têm como defender esta ideia absurda, vêm com essa falácia da criação do emprego para justificar algo que vai prejudicar tudo e todos.

Onde é que estão 13000 empregos que o presidente Élio Maia prometeu aqui numa comunicação em 2011? Não estão. Onde é que estão os empregos desse investimento, anunciado com pompa e circunstância, da Makro? Não estão.

Onde é que está a garantia da Portucel que vai, de facto criar emprego? Não está. Não se vai criar nada e isto é só um processo para favorecer uma empresa.

Mais, por algum motivo muito estranho, a desafetação do terreno da Área Agrícola há um anos foi feita sem a Portucel garantir um plano de investimentos. E agora, este processo está a avançar sem a existência desse plano de investimento. Um ano não chega para fazer um plano de investimentos. Eu acho que chega. Muito obrigado”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³¹

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³²

“Senhor Presidente, eu peço desculpa mas eu quero fazer um protesto. Nós aqui já presenciámos discussões muito quentes e muito acesas, mas nenhum deputado por mais irritado que esteja, não manda calar outro de microfone aberto, eu peço desculpa! Senhor Presidente da Junta de Freguesia, mas eu não me calo, então vou-me embora, porque isso assim, não. Há regras, os deputados do BE defendem o que entendem, eu também não concordo, mas têm direito de expressar aqui as suas opiniões e isto é uma casa da democracia e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguramente deixou passar isto em claro, ou por lapso ou por não querer, enfim, crispar um pouco aqui o debate, mas eu peço desculpa e seguramente o Senhor Presidente Calafate excedeu-se e dará propriamente nota disso, mas eu penso que isto não deve ocorrer num debate franco, aberto, e cada um diz o que entende.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³³

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos,⁰³⁴ nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁶ o ponto 1 - Plano de Pormenor de parte da Zona Industrial de Cacia – Aprovação, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte seis votos a favor (PSD19+CDS6+IND1), dez abstenções (PS10+PCP1) e dois votos contra (BE2)

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro:⁰³⁷

“Queria que ficasse em acta que os deputados do Bloco declaram voto de vencido. E declaramos voto de vencido porque desde a deliberação que foi tomada nesta assembleia, a declaração de interesse público que levou à desafetação dos terrenos agrícolas da Reserva Agrícola Nacional, que esse procedimento não foi correto e não foi legítimo. E sendo que este Plano legítima essa mesma decisão, só pode merecer o nosso voto contra e o nosso voto de vencido.

Acrescentar também que, ao contrário do que foi dito aqui que somos contra o investimento em Cacia, simplesmente somos a favor da qualidade do ar de Cacia e achamos que este também não é um investimento no futuro. A acrescentar a isso, temos a informação que os próprios responsáveis da Portucel mencionaram em órgãos da comunicação social que não tinham objetivos de investir nestes terrenos. E queria também dizer que nos preocupa que mais uma vez se use o poder público para interesses privados, nomeadamente para expropriar pequenos proprietários.”

Ponto 2. – Contratação de Empréstimo Bancário de Curto Prazo⁰³⁸ – autorização.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 04/07/2013, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁹

“Obrigado Senhor Presidente. Como sabem a preparação e o planeamento de um ano financeiro, acontece no essencial, no trimestre anterior a esse ano. Neste caso, em relação ao ano de 2013 a todo o planeamento e a todo o desenho de que financeiramente se está a passar foi elaborado aquando das GOPs e do Orçamento, cuja elaboração e preparação se iniciou em Setembro de 2012 e foi aprovado aqui em Dezembro. Esses documentos têm que respeitar a legalidade financeira e também as imposições legais a que somos naturalmente obrigados a cumprir. O documento foi aqui aprovado, no entanto fruto da realidade que o nosso país vive, no conteúdo que foi aprovado o Orçamento de Estado para 2013, fruto também da recente decisão que foi tomada pelo Tribunal Constitucional e das conhecidas dificuldades financeiras que vive o sector público estatal, verificaram-se no concreto em relação a este período em que este documento foi elaborado para 2013, profundas e significativas alterações nomeadamente em termos legais, que afectaram e estão a afectar a concretização no terreno no dia-a-dia, esse Orçamento e essas GOPES que nós aprovámos aqui.

Dois ou três exemplos dessas alterações que se verificaram. A primeira alteração em relação ao IMI. Como sabem o IMI sempre foi pago pelos cidadãos e sempre deu entrada na Câmara, há muitos anos, desde que está em vigor o IMI, em dois meses.

Entrava na Câmara nos meses de Maio e nos meses de Outubro. Isto é, o município recebia dessa que é a sua maior receita que é o IMI, cerca de 50% do valor em Maio e cerca de 50% desse valor em Outubro. Com a alteração que o Orçamento de Estado veio introduzir para este ano, o pagamento do IMI por parte dos cidadãos passou de duas para três vezes, o que significa que também a transferência desse valor do Estado para o município passou de duas vezes para três vezes. Isto é, acontecerá agora nos meses de Maio, nos meses de Agosto e nos meses de Novembro, o que significa também em termos gerais, que aquilo que era uma receita de 50% de cada vez, passou a ser uma receita de cerca de 30%. Cerca de 30% em Maio, 30% em Agosto e 30% em Novembro. Nesta data, ao dia de hoje, se o procedimento fosse aquele que era o habitual, já teríamos recebido cerca de 50% do IMI! Nesta data com este novo procedimento teremos recebido apenas cerca de 30% ou 30% e poucos por cento do IMI, que representa aqui um diferencial de cerca de dois milhões de euros que está aqui, e que foi recebido a menos pelo município nesta data.

Segunda alteração que se verificou neste processo todo. De acordo com o contrato que foi oportunamente assinado pelo município e pelas Águas de Portugal e pelo Estado Português, as Águas de Portugal deveriam ter entregue até ao final do ano, até ao início deste ano, uma parte significativa da retribuição que ficaram de entregar ao município. Não foi possível às Águas de Portugal procederem ao pagamento integral nos termos em que estava acordado e ficou ainda uma parte desse pagamento, cerca de dois milhões, dois milhões e meio, ficou para o mês de Novembro também.

Portanto em condições normais, a ter sido cumprida essa obrigação que havia por parte das Águas de Portugal, o município teria neste momento mais cerca de dois milhões e meio de euros que não tem. Estamos aqui a falar de um diferencial em duas situações que nos são estranhas e que nos são alheias, de quatro milhões e meio.

Acresce ainda por último, a recente decisão do Tribunal Constitucional no que se refere (penso que em Março ou Abril deste ano) ao pagamento do subsídio de férias. No Orçamento como sabem, aliás veio aqui há pouco tempo uma revisão orçamental em relação a esse assunto, não podíamos proceder a esse pagamento com essa decisão do Tribunal Constitucional. Há aqui mais um acréscimo dos nossos encargos em cerca de mais meio milhão de euros aos quais naturalmente somos obrigados a fazer face.

Contas feitas, por situações que nos são alheias, que decorrem no essencial de alterações legislativas que se verificaram, que se vieram a verificar neste momento, no dia de hoje teremos cerca de menos cinco milhões de euros em termos de tesouraria para poder gerir o município de Aveiro. O que não é difícil de explicar nem perceber que nos acarreta dificuldades acrescidas em termos de tesouraria já que as Leis são alteradas, os pagamentos são alterados, tudo é alterado, mas as datas em que nós temos que proceder ao pagamento dos contratos de empréstimo não são alteradas. Temos que cumprir religiosamente os acordos de pagamento que nós temos, e alguns deles aprovados por esta Assembleia também temos que os cumprir. Isto é, enquanto que por um lado aquilo que é para receber se arrasta no tempo, aquilo que é para pagar mantém-se fixo e fruto naturalmente dessa “decalage” em termos de receitas, as dificuldades vão-se fazendo sentir.

Portanto o que é aqui apresentado hoje à consideração da Assembleia é uma proposta do município que procura responder a este problema emergente e encontrar uma solução para o município, para que ele possa ajustar-se a esta nova realidade e possa cumprir os seus compromissos.

Duas notas finais e também importantes. Estamos perante uma operação de curto prazo. Ela tem que ser liquidada integralmente durante este ano. O limite é até dois milhões e meio e porquê?

Porque a ideia era jogar com aquela receita que devia ter entrado da AdRA no início do ano. De forma que entrando essa receita apenas em Novembro, esse dinheiro venha a ser canalizado para o pagamento desse empréstimo que agora vamos contrair e que tem que ser integralmente pago no decurso deste ano.

Uma segunda nota que também é importante, que nos parece importante é que, tirando o aumento decorrente dos subsídios de férias que aí representam um acréscimo naquilo que são as despesas do município de cerca de meio milhão de euros que representa esse acréscimo, em relação aos outros dois assuntos, não há nenhum aumento de despesa por parte do município com este empréstimo. Porque esse dinheiro vai ser recebido. Há apenas uma antecipação de uma parte dessas receitas que já deviam ter entrado e que ainda não entraram para compensar ou colmatar as dificuldades e as falhas que foram enunciadas.

Portanto no essencial pretende-se antecipar recebimentos para o reforço da tesouraria, para especialmente, muito especialmente, nos meses de Julho e de Outubro, que são aqueles onde incidem uma maior exigência financeira por parte do município, para que nesses dois meses possamos dispor de liquidez indispensável, para cumprirmos quer com o serviço da dívida que como sabem tem muito peso no nosso município, quer com as prestações dos acordos de pagamento dos compromissos que nós temos.

Face a isto parece-nos que em nome da credibilidade do município e de forma a cumprirmos essas obrigações e atendendo à excepcionalidade daquilo que aconteceu nestes processos, consideramos muito importante ter a aprovação desta proposta por parte da Assembleia Municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores Deputados, questões de forma e questões sobre este empréstimo. Primeiro e em relação às questões de forma, Senhor Presidente de Câmara, as actas das reuniões da Câmara Municipal de Aveiro devem ser disponibilizadas na sua globalidade, não bastando que estejam portanto e apenas as deliberações. As actas têm que estar na sua globalidade, com s declarações de voto dos diversos vereadores que compõem portanto o executivo camarário. A realidade é que isto já foi colocado na Assembleia Municipal aqui de Aveiro, quer pelo deputado do PCP António Salavessa, quer por mim próprio, em diversas situações, em várias delas o Senhor Presidente de Câmara tem-se desculpado, mas a realidade subsiste portanto negativa neste campo, há atrasos e estão incompletas as actas! Isto Senhor Presidente de Câmara é uma responsabilidade sua, é uma responsabilidade que apenas o Senhor Presidente da Câmara por ela responde. Várias questões, sobre a situação financeira do município. A realidade é que chegados portanto a Julho de 2013, estão em falta portanto os relatórios do TOC, bem como portanto os relatórios do Plano de Saneamento Financeiro da autarquia. Na realidade e observando até o relatório do último TOC, verifica-se que ainda nem sequer se pronunciou sobre a situação financeira do município, globalmente considerado, mas apenas sobre o período portanto entre relatórios que devem ser semestrais.

Em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, a ultima avaliação que foi a 8.ª que dizia respeito ao período de 18 de Maio a 17 de Novembro de 2012, portanto esse foi o último relatório do Plano de Saneamento Financeiro que esta Assembleia Municipal teve e a realidade é que o 9.º relatório, já devia estar cá desde Maio, não estando temos já inclusive se realizado a Assembleia Municipal de Aveiro Ordinária referente ao mês de Julho. Senhor Presidente de Câmara observando os documentos portanto que são apresentados, nota-se que é justificado este pedido de dois milhões e meio de euros, portanto devido às contrações do IMI e ao seu pagamento portanto faseado, não em duas, mas em três prestações. E é ainda

escudado portanto este empréstimo nos acordos de reestruturação da dívida. Ora cremos nós e o Senhor Presidente da Câmara trouxe agora novos argumentos que não estão aqui considerados, nomeadamente o facto dos trabalhadores da autarquia deverem ter (e bem) os seus subsídios pagos atempadamente e Senhor Presidente de Câmara a verdade é que tudo isto já era expectável e previsível! Era expectável e previsível quando foi portanto feito o Orçamento camarário, não podendo portanto agora servir de desculpa portanto para este pedido, portanto de empréstimo, de autorização de dois milhões e meio de euros. Senhor Presidente de Câmara é urgente a clarificação da situação financeira do município. É urgente o conhecimento, porque esta Assembleia e estes deputados municipais têm de ter o esclarecimento e têm um papel fiscalizador da actividade do próprio executivo e têm portanto que ter um plano de endividamento da Câmara. É preciso portanto que as coisas fiquem claras e que os relatórios do TOC ou dos Planos de Saneamento Financeiro estejam à disponibilidade portanto de quem de direito tem que fazer portanto esse papel fiscalizador.

Senhor Presidente de Câmara, esta dívida a liquidar até 31 de Dezembro tem de ter portanto receitas sustentadas no actual Orçamento camarário, ora não havendo qualquer previsão de receitas extra, portanto não há aqui uma expectativa de, uma receita qualquer extraordinária que fosse de dois milhões e meio de euros, teremos de perceber que eventualmente portanto o enquadramento portanto do pagamento deste empréstimo de dois milhões e meio de euros, terá de ser feito à custa portanto de cortes e de cortes! Só assim é possível cobrir este empréstimo e a questão agora coloca-se, onde é que vai ser cortado? Nos subsídios dos trabalhadores? Talvez não, até porque parece que agora a justificação para isto, mas ao longo, que apoios, que gastos estavam previstos no Orçamento, irão agora sofrer portanto uma machadada, para no fim as coisas poderem bater relativamente certo. E note-se quando o Senhor Presidente de Câmara se escuda aqui portanto no pedido de dois milhões e meio de euros, escudando-se neste argumentos dos subsídios dos trabalhadores, note-se que foi precisamente com este argumento que se fez portanto a Revisão Orçamental há coisa de um mês, dois meses, portanto na última Reunião da Assembleia Municipal aqui de Aveiro.

Senhor Presidente de Câmara questões. Se o endividamento de médio prazo está esgotado, como se vai buscar portanto um empréstimo desta natureza, portanto para curto prazo? Senhor Presidente de Câmara, olhando para os documentos apresentados nota-se que houve portanto um contacto com 12 bancos, cinco mostraram-se não interessados, seis não responderam, apenas um aceitou — e note-se que o aceite que esse banco fez e olhando para aquilo que está nos documentos, a Câmara Municipal de Aveiro já está sujeita a uma taxa de juro de valor corrente, portanto aceitável, mas por outro lado a machadada irá ser paga no spread, esse sim portanto um valor alto para aquilo que são as condições de mercado.

Senhor Presidente de Câmara, esta situação irá no fim passar sempre pelo crivo do Tribunal de Contas, mas duas coisas ainda, terminaria com duas conclusões, a primeira é que no Orçamento há uma rubrica nas receitas que são os passivos financeiros e lá não estão previstos dois milhões e meio de euros. Portanto estamos em Junho e já há dois milhões e meio de euros em falta na tesouraria, isto revela portanto, isto revelará (eventualmente para não ser demasiado assertivo) alguma incapacidade eventual portanto de prever um deslize, um contratempo, uma dificuldade, um imprevisto, portanto as contas são ali, mas naturalmente havendo qualquer contratempo isto baralha tudo e tem que se fazer revisões orçamentais e tem que se pedir dinheiro emprestado e tal e tal, e tal e tal! Não se antecipou esta situação, irá agora portanto eventualmente não sei, isto agora a maioria decide, porque agora estamos nisto, agora lá decidirá se quer juntar portanto dois milhões e meio de euros, se quer entregar dois milhões e meio de euros a esta autarquia para terminar o seu trabalho, mas a verdade é esta, o spread já ninguém o retirará, portanto o alto spread já ninguém o retirará ao erário público, portanto vamos juntar mais uma dívida à dívida, vamos somar as dificuldades às dificuldades e fica quem vier a seguir, lá terá que levar com este encargo em cima. Portanto da nossa parte o PCP, isto é uma solução de todo inaceitável, que revela portanto e todo este

processo, desde a ausência de relatórios, as constantes mexidas e revisões no Orçamento, pronto enfim isto de facto não augura qualquer sucesso do ponto de vista económico, não obstante aquilo que alguns deputados, a maioria diz portanto em relação aos sucessos económicos deste executivo camarário, enfim de facto tudo isso cai pela base, assim que se faz uma análise um pouco mais atenta à realidade. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Eu gostava de começar por dizer que acho extraordinário que esta Câmara Municipal tenha andado os últimos anos a dizer publicamente (e aqui também) que tem uma situação financeira estável. Essa situação hipoteticamente estável deve-se essencialmente à gestão de não fazer absolutamente nada pelo concelho a não ser vender serviços essenciais (MoveAveiro, Águas, etc) e agora, cirurgicamente antes das eleições autárquicas de Setembro faz um empréstimo de dois milhões e meio de euros, quando assumidamente não precisa.

A conclusão é óbvia: apesar desta câmara não fazer nada neste concelho, a situação financeira é um desastre — só que isso não justifica tudo.

Sobre o facto de estarem a fazer um empréstimo a dois meses de distância das eleições, não vou tornar a citar Paulo Morais quando fala de financiamento de partidos e de campanhas políticas, porque já o fiz, mas vou repetir que não basta ser sério. É preciso parecê-lo. E vocês não parecem nada.

De facto é até legítimo que qualquer cidadão considere este empréstimo um cheque-campanha. E é legítimo por uma razão muito simples: não é explicado aos membros desta Assembleia onde é que o dinheiro vai ser gasto. É dito que a Câmara está em dificuldades, mas isso já todos sabiam (menos o PSD e o CDS claro). A má notícia que eu tenho para vocês é que essa difícil situação se deve à vossa péssima gestão a opções com esta de fazer empréstimos, pagando juros que ainda não se sabe quais são, sem sequer um objectivo concreto. Este é mais um ato de péssima gestão.

Ainda por cima, é quase pornográfico abrir o Diário de Aveiro e ler que o vereador Pedro Ferreira (que nem sequer cá está porque parece que foi passear ao Japão) disse em reunião de Câmara que se calhar nem precisa do dinheiro todo e que só vai gastar um parte! Não sabe bem quanto, mas só vai gastar uma parte.

Mas o que é isto? Não aprendeu nada na escola? Anda a pagar juros à banca com dinheiro dos contribuintes, sem sequer terem um objectivo concreto? Estão a gozar com quem?

Está nitidamente a gozar com todos os aveirenses que estão a passar dificuldades sérias por causa do plano de austeridade assinado pelo PSD, CDS e também pelo PS. Os trabalhadores andam a pagar impostos que no fim caem num saco roto que é esta incompetência de pedir dinheiro sem rumo e sem controle

Além disso, é uma regra essencial esta: não se fazem empréstimos a pagar no mesmo ano. É uma péssima gestão.

Este executivo embora nem sequer diga aqui os números exactos dos juros, vai pagar cerca de 40 mil euros a comprar dinheiro. Vai comprar dinheiro com mais dinheiro, nem sequer sabe para quê, mas quem vai pagar são os contribuintes.

A Câmara passa anos a passar dívidas de curto prazo para médio e longo prazo, para mascarar a situação incontrolável, e agora pede dois milhões e meio de euros a curto prazo sem saber muito bem porquê.

A conclusão é óbvia: Este empréstimo não pode ser hoje aqui aprovado, por quem aqui está em defesa do interesse dos cidadãos. Quem votar a favor dele, é porque não está.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴³

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁴⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁵

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Não é que eu tenha grandes dúvidas sobre qual vai ser o resultado da votação (se calhar esta vez até tenho! Se calhar desta vez até tenho). Estou a vislumbrar para aí umas divisões dos apoiantes de uns, e de apoiantes de outros, bem enfim. De acordo com a finalidade que posteriormente falarei se vai ver como é que se vai votar as bancadas que suportam este executivo.

A primeira coisa que eu queria falar é da democraticidade da dívida, que é uma coisa que é aqui muitas vezes trazida e é assim: Será legítimo, será democrático, que um determinado executivo faça obras e as deixe para pagar no futuro?

Ou será legítimo, será correcto, que seja o executivo a pagar os sonhos do executivo anterior? E é isso que é normalmente aqui dito e que ainda hoje mais uma vez foi repetido. Eu gostaria de falar sobre isso.

E se querem a minha resposta é não. Não acho que seja correcto politicamente e democraticamente que um executivo faça obras e que as deixe para pagar ao executivo seguinte. Excepto numa condição, excepto numa condição. É quando todos os membros da Assembleia Municipal, todos os membros do executivo anterior, o que cometeu as dívidas, forem unânimes em considerar que se devia fazer aquela dívida.

E se mais uma vez se faz o choradinho da dívida anterior, eu repito, no essencial, a dívida herdada e alguma no meu entender ultrapassou aquilo que seria desejável. Só que houve voto unânime na Câmara e nesta Assembleia.

Portanto não se podem queixar agora de ter de pagar no período subsequente essas dívidas. Dirá o Senhor Presidente da Câmara: - mas eu não votei a favor disso! Pois não, nem isso, nem a favor nem contra, nem nada — porque nunca cá veio. Nunca cá veio! Tinha assento aqui e nunca cá veio. Só cá veio quando estava em perigo o lugar que ele tinha nesta Assembleia. Só cá veio uma vez! Portanto não me venham com o choradinho de que é incorrecto e não sei quantas mais.

O estádio, falemos claro. O estádio teve aprovação unânime. Foi um erro? Foi. Gastou-se dinheiro indevidamente? Gastou, no meu entender. Mas toda a gente votou a favor na Câmara e aqui e, portanto, toda a gente sabia que ia ter um perigo subsequente de pagar essa dívida.

Segundo aspecto. Toda a gente ultimamente tem sido um corrupto ir para os jornais de que a situação financeira da Câmara, se não está no melhor dos céus, está pelo menos boa, melhorou tudo, diminuiu trinta milhões, quarenta milhões, cinquenta milhões, não sei quanto! Por muito que tenha diminuído (até acredito) o valor absoluto, mas vos digo uma coisa, por muito que tenha diminuído a dívida do valor absoluto, nunca diminuiu o valor. Porque a venda porque foi feita a venda das águas dos serviços municipalizados (ouvem-se vozes). Eu sei que dói ouvir isto, mas é a verdade. Mas é a verdade, essa é que é a grande verdade. Houve diminuição do valor absoluto, mas ficámos sem património. Houve diminuição de uma dívida à custa do património! Essa é que é a verdade e digam-me o contrário se forem capazes.

Terceiro aspecto, meus senhores. A dívida tem um valor absoluto, mas também tem sempre um valor relativo — não é igual.

O Belmiro de Azevedo se dever cem mil euros e eu dever outros cem mil euros, não é igual. Isto é, as dívidas estão sempre relacionadas com a capacidade de obter rendimentos para as pagar.

E se nós fizermos as contas e há aqui quem as saiba fazer, verificamos que em valor relativo as dívidas actuais da Câmara de Aveiro são muito superiores àquelas que herdou. Essa é que é a grande verdade.

Hoje a capacidade que a Câmara tem de resolver as suas dívidas é muito inferior àquela que tinha em 2005, quando herdou a Câmara.

Finalmente vamos ao fundo da questão. Perguntam para quê este dinheiro, para quê dois milhões e meio e não sei quantas mais!? É fácil de explicar — vêm aí as eleições!

O Senhor Presidente da Câmara quer fazer umas obras, não fez nada, quer fazer aí umas obritas de emergência, pôr os alcatrões na rua e tal. Até se disse e eu fiquei contente, e só por isso até votava a favor, porque as ruas vão ficar bem melhores que a “Avenida José Estêvão da Gafanha da Nazaré”.

Ora se eu vou daqui até casa e vou sempre à rasca, quando é que arrebenta um pneu, se eu ficar com uma rua como a da Avenida José Estêvão, para mim chega, até voto a favor. Se prometerem que alcatroam aquela rua contem com o meu voto. Mas não é isso. O problema é que ninguém lhes fia um tostão! Ninguém lhes fia um saco de pregos, quanto mais duzentas, trezentas, quatrocentas toneladas de alcatrão que é preciso ir buscar. E a incompetência é tanta que mesmo querendo fazer estas obras eleitorais não arranjam uma solução a tempo para resolver isso. Não puseram de parte um dinheirito para agora resolver isso.

Dizem que pouparam trinta milhões!? Então quando eu poupo trinta milhões em minha casa não deixo algum no fundo da gaveta para ver se houver alguma necessidade de última hora tenho ali. Agora têm a necessidade de alcatrão! É pá, nem sequer foram competentes!? Diziam assim: – é pá se calhar para as eleições a gente vai precisar de fazer aí umas coisitas, oh Pedro vê lá se arranjas aí uma maneira de a gente ficar aí com uns dinheiritos e tal para a gente dar aí uma lavadela às ruas e o povo que é burro e tal, até vai na nossa conversa e tal e já tenho mais uns votozitos. Essa é que é a verdade. Podem responder aquilo que entenderem, mas a verdade é esta. Infelizmente a verdade é esta. É que este dinheiro é para obras eleitorais que nem sequer foram devidamente acauteladas, nem sequer houve competência para arranjar os fundos e para preservar fundos para as obras eleitorais dois milhões e meio.

Tudo bem, não tenho dúvidas. E mais uma vez quem tem razão vai ser quem tem mais votos e, portanto, mais uma vez ficarei satisfeito e mais uma vez ouvirei a voz:- ganhámos, temos a razão porque somos mais. Disse Senhor Presidente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

“Boa noite a todos. Nesta bancada ainda não temos uma posição final sobre o nosso sentido de voto, sobre esta matéria. Precisamos de alguns esclarecimentos e de algum acréscimo de documentação, assim estamos aqui em presença de um pedido de empréstimo de dois milhões e meio de euros, mais cerca de quarenta mil de juros. Lembro que o limite máximo possível por Lei neste momento, de endividamento para este executivo é de dois milhões, quinhentos e sessenta e três, cento e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos. Perguntamos, porquê este valor? Porque não pedir os dois milhões e quinhentos e sessenta e três mil, total de endividamento possível para o executivo? Porque não dois milhões, um milhão, ou menos ou mais? Porquê este valor exacto de dois milhões e meio? E depois há cerca de um mês, analisámos e votámos as contas da Câmara referentes ao último trimestre e votámos as contas do último ano, tendo as mesmas um parecer quase unânime que tem vindo a melhorar, não tendo por parte do executivo nenhuma referência a inesperadas dificuldades financeiras. Na Sessão de Junho aprovámos uma Revisão Orçamental, que além de uma parte administrativa, teve outra com correcção de verbas de itens específicos. Perguntamos, porque não aprovou o executivo esta Revisão Orçamental, para corrigir estes desvios, se é que eles existem? Depois pede-nos ou justifica este empréstimo o Senhor Vereador das Finanças Dr. Pedro Ferreira, (ausente nesta Sessão por motivos próprios) que analisemos este empréstimo de dois milhões e meio, mais juros que lhe são devidos, por dificuldades de tesouraria, mas não nos diz para que quer este montante!? Senhor Presidente não duvidando da boa aplicabilidade dos dinheiros públicos que faz e sempre fez, para podermos analisar esta proposta e decidir a nossa posição de voto, tem que nos ser fornecido uma lista documentando e discriminando os tais dois milhões e meio de euros, discriminando para quem vão e os valores correspondentes ou seja, para podermos analisar este pedido de empréstimo, tem que nos ser fornecida documentação que referencie discriminadamente valores e para quem. Na justificação do Senhor Vereador

Pedro Ferreira, ela refere três itens, refere a documentação do IMI, a redução do IMI. Senhor Presidente para podermos analisar este empréstimo tem que nos ser fornecida documentação a referir qual o valor que o executivo recebeu este ano a menos, em relação ao período homólogo. Também lembramos quando a defesa do IMI é mais baixo para os cidadãos de Aveiro, foi aqui dito pelo executivo, que estávamos a baixar, a falar de taxas mais baixas, mas com incidência sobre mais prédios, mais património e mais valor, logo o efeito das taxas baixas não se ressentia no valor cobrado, pelo contrário, o valor a cobrar e a receber pelo executivo aumentaria. Para podermos analisar este empréstimo Senhor Presidente, tem que nos ser fornecida documentação sobre que valores recebeu a menos a Câmara Municipal de IMI este ano, que causou esta dificuldade financeira, obriga o executivo a pedir um empréstimo e a pagar cerca de quarenta mil euros de juros, num tão curto espaço de tempo? Este executivo que foi parco sempre em gastos consome agora este valor de juros! Senhor Presidente para podermos analisar este empréstimo e decidir a nossa posição de voto nesta bancada, necessitamos de mais documentação que suporte este mesmo pedido. E por fim Senhor Presidente para podermos analisar e decidir a nossa posição de voto, há outro documento que sem o qual esta bancada não se sente capaz de analisar e votar este pedido de empréstimo. Como sabemos todos neste hemiciclo, esta Câmara em boa hora, decidiu recorrer a um empréstimo bancário, para aliviar o estrangulamento financeiro e de tesouraria que o executivo socialista deixou, mas o acesso a esse empréstimo fez-nos ficar reféns do Plano de Saneamento Financeiro. Já uma vez fomos questionados pelo Tribunal de Contas sobre o alinhamento do Orçamento da Câmara Municipal no dito Plano de Saneamento Financeiro. Senhor Presidente nesta bancada não estamos à vontade para analisar ou decidir a nossa posição de voto, sem que nos seja fornecido um parecer jurídico externo, que nos garanta que este mesmo empréstimo se enquadra no Plano de Saneamento Financeiro, ao qual o executivo está sujeito. Senhor Presidente, estes são alguns esclarecimentos e alguns documentos que esta bancada gostava que lhe fossem fornecidos e que sem os quais a mesma não se sente à vontade para analisar e para depois decidir uma posição de voto válida e consciente.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[048](#)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom, eu vou começar esta intervenção, quase que me apetece reproduzir o início da intervenção que fiz aqui na última Sessão. Eu quase que me sinto inibido em fazer oposição a este executivo, depois de ouvir o PSD e o CDS. Quase! Porque de facto ouvir o PSD e o CDS nesta Assembleia, sete anos e meio depois a reclamarem por documentos e análise de dados que não têm e que pretendem e que não estão bem feitos e que falta informação e que têm muitas dúvidas! É extraordinário! É extraordinário, gente que nunca teve dúvidas ao longo de sete anos e meio, que caucionou tudo o que este executivo aqui trouxe, quase sempre sem questionar nada e agora virando as costas ao executivo que apoiou durante estes anos todos, tem o topete de vir aqui numa linguagem aparentemente séria e idónea, exigir informação! É extraordinária a capacidade performativa que têm os elementos do PSD e do CDS em transmutarem os seus rostos e conseguirem manter a seriedade que pretendem fazer passar, reclamando essas informações do executivo. É absolutamente lamentável e o PSD não é de facto um partido de confiança em Aveiro, porque é um partido desleal a este executivo, tem enganado os aveirenses dizendo-lhes que o executivo camarário tem feito um bom trabalho e hoje virando as costas ao Presidente que sempre apoiaram, bradam que as contas estão más e que não há justificação relevante, para que se faça este acto de tesouraria. Mais, nesta Assembleia Municipal e também na Câmara, mas nesta Assembleia Municipal os Senhores deram o aval às obras eleitoralistas que este executivo quis implementar e agora inopinadamente tiram o tapete a esses pagamentos, os Senhores não são de confiança! Os Senhores deviam ter a capacidade, pelo menos de assumir aqui o erro que incorreram durante anos e deviam ter a capacidade e a humildade de assumirem aqui o erro

de terem caucionado estas obras e este festim de festivais, concertos, arranjos de última hora, aqui e agora os Senhores não querem dar o aval, porquê? Porque arranjarão um outro candidato para substituir o candidato Élio Maia. Os Senhores não são de confiança!

Em relação a esta matéria, apraz-me dizer o seguinte, a AdRA, eu gostaria de sublinhar o seguinte, esse foi o negócio que o Partido Socialista sempre se manifestou contra, entendemos que foi uma péssima decisão do executivo camarário e foi uma péssima decisão, não tendo em atenção o interesse de Aveiro, protagonizada pelo Presidente da CIRA, Presidente da Câmara de Ílhavo, que quer ser Presidente da Câmara de Aveiro. E portanto se um fez um mau negócio e prestou um mau serviço a Aveiro, o outro não quis saber de Aveiro para nada e agora aparece querendo defender o interesse aveirense! É de facto gente que não teve em conta o interesse municipal, apoiados em momentos diferentes, por um partido que não é de confiança. Em relação a esta matéria da AdRA está bom de ver que o executivo municipal fez um mau negócio e não pode contar com a AdRA, nem sequer para pagar a tempo e horas.

Em relação à questão do IMI e tantas outras justificações que poderão ser aqui encontradas, a verdade é só uma, as pavimentações foram agendadas para poucos meses antes das eleições e é preciso pagá-las. E essas pavimentações que foram aqui tão saudadas pelo PSD e pelo CDS, hoje (e é preciso dizê-lo) não são aqui assumidas por esses dois partidos de uma forma, diria sabendo do que estou a dizer e tendo em atenção os termos que aqui utilizo e assumindo-os, uma forma pouco digna em relação à palavra que é dada aos aveirenses. Quero dizer para terminar que o Partido Socialista não pactua com esta forma de fazer política e votará contra e convictamente contra esta matéria, porque ela de facto foi uma matéria tratada irresponsavelmente pelo executivo, pelo PSD e pelo CDS. Disse.”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

“Senhor Presidente ao contrário do deputado que me antecedeu, eu vou votar a favor e esta minha declaração é mais do que uma declaração de intenções ou seja, irei votar a favor porque estou convicto que a Câmara saberá o que está a fazer. E se durante os quatro anos que estive sentado nesta cadeira votei sempre apoiando as decisões da Câmara, não será hoje e não perdi a confiança no executivo camarário, e como tal não preciso de esclarecimentos adicionais.

Vou votar em consciência e vou aproveitar talvez a última intervenção que faça neste mandato, para fazer aqui meã culpa e uma contrição porque houve uma votação durante esta legislatura, chamemos-lhe assim, em que votei contra a minha consciência. Não é hoje, foi quando votámos aqui ou quando deliberámos as agregações da freguesia.

Votei a favor das agregações da freguesia contra tudo aquilo em que eu acredito ou penso, e gostava no fundo de me desculpar perante todos os deputados que estão aqui presentes. Sobretudo para com os meus colegas Presidentes de Junta, os meus homólogos Presidentes de Junta, sobretudo daquelas que foram agregadas. Pedir no fundo desculpa por ter votado naquele dia contra a minha consciência e ter seguido e ter sido enganado também de alguma forma, por aquilo que é mais mesquinho e mais medíocre na nossa política aqui paroquiana, fui enganado. Deixei-me enganar, meã culpa, meã culpa.

Mas vou aproveitar esta última intervenção que farei então para pedir desculpa aos meus homólogos de Nariz, de Eirol, de Nossa Senhora de Fátima e Requeixo, pela minha decisão de voto. Eu sei que não se enquadra, mas eu vou aproveitar este ensejo.

E concluindo vou votar favoravelmente o empréstimo da Câmara, porque reconheço que a Câmara se o está a pedir é porque precisa dele. Não será só para fazer obras eleitorais, será para concluir os seus compromissos com certeza e é coisa que nós devemos honrar são os compromissos com os nossos credores e para com as pessoas a quem nós pedimos. As dívidas são para se honrar e se temos a possibilidade de ajudar a Câmara a honrá-los acho que devemos fazê-lo e em consciência. Tenho dito Senhor Presidente.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵⁰

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“Muito obrigado Senhor Presidente e muito boa noite a todos os presentes. Eu gostaria de começar a minha intervenção por lamentar a ausência do Senhor Vereador Pedro Ferreira! Obviamente por motivos de histórico desta Assembleia em que tivemos um debate sobre um determinado conjunto de assuntos que terá sido muito profícuo, mas principalmente porque ao contrário do que ouvi aqui hoje, este é provavelmente um dos processos mais bem instruídos que o executivo apresentou aqui nesta Assembleia. Faltam aqui uns pormenorezitos, mas pormenorezitos de grande importância, mas lá chegarei.

Mas de facto está aqui reunido um conjunto de informação que logo à partida me permite afirmar que não haverá grandes dúvidas sobre a lógica, sobre a operação em si que a Câmara pretende realizar. A operação financeira em si que a Câmara pretende realizar.

Analizando a narrativa que o Senhor Presidente apresentou para justificar este empréstimo, permita-me Senhor Presidente que acrescente aqui alguns pontos.

Em primeiro lugar os acordos a que o Senhor Presidente se refere, os acordos de pagamento, foram eles próprios propostos pela Câmara há muito pouco tempo.

Portanto eu diria que a surpresa que manifesta relativamente a estes acordos, eu diria que será no mínimo estranho porque a Câmara apresentou um conjunto de acordos de pagamento e na altura foi questionada se tinha capacidade para os cumprir e foi taxativamente afirmado que sim. E portanto os acordos de pagamento no seu prazo e no seu montante não são nenhuma surpresa que possa justificar este pedido de empréstimo.

Relativamente ao IMI, também queria acrescentar aqui algumas notas, em primeiro lugar a receita prevista para o IMI este ano estimado pela Câmara, tinha um acréscimo de três milhões de euros aproximadamente. Por outro lado, é bem verdade que a repartição do IMI deixou de ser feita em duas vezes e passou a ser feita em três, embora esta regra não seja generalizada para todos os contribuintes de IMI, porque isto só acontece quando o IMI ultrapassa um determinado valor, que se não estou em erro será na ordem dos quinhentos euros, e portanto há aqui pessoas contribuintes que continuam a pagar o IMI em dois momentos e não em três. É verdade Senhor Presidente, neste momento já deveria ter recebido cinquenta e só recebeu trinta e três. Mas também será verdade que há-de haver uma altura no tempo não muito longínqua onde em vez de ter recebido cinquenta, irá receber sessenta e seis, o que de alguma forma também não é muito (eu diria) consistente este argumento. Do ponto de vista do subsídio de férias, é evidente que foi uma novidade, mas mais uma vez presumo que este subsídio não tenha abrangido todos os trabalhadores da Câmara Municipal e portanto também há aqui este pormenor que deveria ter sido acrescentado. O Senhor Presidente esqueceu-se também de referir, que a Câmara vai pagar juro, não o referiu, está nos documentos como eu disse, os documentos estão muito bem instruídos, estão explícitos do ponto de vista da informação relativa à operação financeira, mas o Senhor Presidente não referiu que ia pagar juro. E postos estes factos que eu diria que são da lógica mais factual, vamos aqui agora a algumas considerações, em primeiro lugar o Senhor Presidente está a fazer algo que já aqui foi referido, que disse que não o faria ou seja, está a passar para o mandato seguinte, um compromisso que está a assumir no seu mandato, portanto a não ser que o vá liquidar esse empréstimo até 29 de Setembro que é quando termina o seu mandato. No fim do ano com certeza terá (espero eu) outro Presidente da Câmara no seu lugar sem nenhuma abordagem que seja ofensiva.

Gostaria também de perceber e esta é uma pergunta que eu não sei se me consegue responder, mas alguém saberá responder, se a AdRA vai pagar até Setembro ou depois de Setembro?

É uma interrogação que eu deixo no ar para perceber efectivamente porque é que a AdRA não cumpriu até ao momento aquilo que deveria ter cumprido?

Avançando este empréstimo, é um empréstimo que está consubstanciado para resolver problemas de tesouraria e quando nós assim chegamos pelo menos no meio empresarial, significa que as coisas não andam nada bem, ou seja nós temos um problema de tesouraria, provavelmente temos um problema de liquidez e este empréstimo aponta precisamente para resolver esse problema de liquidez. Isso serve essencialmente também para perceber, que algumas coisas que aqui foram sendo ditas ao longo do tempo têm o seu epílogo nesta Assembleia Municipal! E é ironia do destino porque diria que é a última Assembleia Municipal onde vamos ter possibilidade de intervir e não deixa de ser curioso, que é precisamente na última Assembleia Municipal, que podemos deduzir que grande parte da dívida que a Câmara reduziu estava (como sempre foi dito aqui pelo PS) alicerçada num negócio na AdRA. O Senhor Presidente várias vezes corrigiu as minhas intervenções, dizendo que a Câmara tinha aumentado os seus activos. Senhor Presidente, os activos a que eu me referia eram estes, a Câmara perdeu o activo da AdRA e foi sobre este negócio que montou toda a sua estratégia para reduzir a

Dívida. A AdRA falhou e ironia do destino, falhou num montante que é significativo obviamente que sim, mas que até nem é dos mais significativos. E a AdRA falhou e todo o processo que alicerçava o comportamento da Câmara do ponto de vista financeiro ruiu aqui. Pedir um empréstimo para resolver problemas de tesouraria (já lhe vou fazer uma pergunta que é a grande dúvida que eu tenho aqui), porque a AdRA falhou dois milhões e meio de euros, significa que todo o processo da Câmara estava montado neste negócio das águas. E ironia do destino é precisamente na última Assembleia Municipal, onde isto é evidenciado através deste pedido de empréstimo da Câmara.

Deixe-me colocar-lhe uma questão que é o pormenorizado que falta no documento que está aqui apresentado, está justificado ou estão justificadas melhor ou menos bem, conforme tive oportunidade de escrever, o porquê da necessidade do montante? Não está aqui neste empréstimo o destino deste montante e a minha pergunta é muito clara: este é o montante que vai servir para liquidar despesas correntes? Ou é um montante que vai servir para investimento? Esse é o pormenor que falta para completar e aderir para ter um documento exemplar. Quer dizer nós pedimos dinheiro porque nos faltaram estas receitas e o destino do dinheiro é para despesas correntes, é para pagar salários, é para pagar canetas, é para pagar luz, água ou é para pagar alcatrão e investir etc., etc?

Agora vamos à parte, há aqui uma questão de pormenor mas com certeza que também não sei se me saberá responder, mas eu diria que é a resposta de apenas uma entidade bancária, deixa-me alguma curiosidade para perceber qual o incentivo que esta entidade bancária, ao qual garantia que esta entidade bancária perceciona visto que todas as outras e estamos a falar de catorze ou quinze, dez ou doze, não responderam ao pedido da Câmara.

Para terminar o tempo que me falta, a certa altura uma pessoa vai andando e pensa que já ouviu tudo na vida, mas pasme-se que eu hoje consegui ser surpreendido pela bancada (sobretudo) do CDS e do PSD e não menosprezando o montante que está em causa porque dois milhões e meio são dois milhões e meio. Quando questionam o Senhor Presidente da Câmara sobre dois milhões e meio, quando o Senhor Presidente da Câmara apresenta uma redução de dívida de cem milhões ou seja, que tipo de critério é este, que tipo de pensamento? O que passa pela cabeça das pessoas, quando andaram a suportar o seu executivo por ter reduzido cem milhões, ufanaram-se, bradaram aos sete ventos e agora vão questioná-lo porque há falta de informação para dois milhões e meio, quando isso nem sequer corresponde à verdade no documento? Pasmese ouvir aqui coisas destas ao fim deste mandato — na política não vale tudo. Eu vou-vos confessar a minha vontade (e para terminar a minha intervenção) é de pedir um CD desta Sessão aos serviços para que eu o possa ouvir no carro durante alguns dias,

*porque há coisas que eu nem sequer acho possíveis de serem proferidas depois de quatro anos aqui a ouvir uma conversa completamente diferente.
Na política não pode valer tudo, porque isso prejudica todos os que exercem esta actividade.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

“Eu gostaria de iniciar a minha intervenção sobre esta matéria, fazendo duas breves notas sobre algo que aqui foi dito.

E a primeira é de que nós estamos sempre a dizer que a situação da Câmara que está estável e que a situação da Câmara é boa, isso não é, nem nunca nós o dissemos, nunca o afirmámos e portanto é bom que se diga claramente que esta bancada sempre a reconheceu que a situação está em desequilíbrio financeiro.

A nossa postura nunca mudou sobre essa matéria e está alicerçada nos Relatórios do próprio executivo, que reconhecem essa mesma situação de desequilíbrio. Portanto, meus amigos, uma coisa é a política, eventualmente política eleitoral, outra coisa é a realidade dos factos e a defesa das nossas posições que têm sido coerentes nessa matéria. Essa é a primeira achega. A segunda achega é que de facto a capacidade para dissolver as dívidas, disse o Dr. Raúl Martins era hoje muito inferior! É falso, no meu entender. É falso porquê? Porque hoje as receitas correntes são superiores e as despesas de investimento são muito inferiores! E é esta décalage, este saldo que permite fazer a redução da dívida e aí sim, aí sim, dizemos à vontade que este executivo tem diminuído a dívida e isto é incontornável. E isto é incontornável. É uma realidade, à conta de quem? À conta daquilo que eu acabei de dizer, eventualmente à conta da AdRA e de outros factores! E outros factores. Mas tem havido redução da dívida. Agora isto não significa que a situação da Câmara está boa. Está longe disso e o horizonte temporal para o equilíbrio financeiro da Câmara, de acordo com aquilo que a própria Câmara diz e eu até farei fé nisso, andaré entre os 2016, 2018, 2020, mais ou menos. Portanto é para aí que se aponta.

Agora vamos a esta matéria. Também se diz que é para obras eleitorais? Não sei se é para obras eleitorais. Eu gostava de saber para quê este dinheiro? Eu gostava de saber, como qualquer cidadão porque de facto o que é que acontece aqui assim? O executivo vem pedir um empréstimo em conta corrente caucionada. E uma coisa é nós estarmos aqui a discutir, a discutir, um empréstimo para pagar a, b, c, d, outra coisa é estarmos aqui a pedir de facto um cheque em branco para pagar não sei o quê? Para socorrer situações de ruptura de tesouraria, que é isto o que revela esta situação, ruptura de tesouraria. E de facto nós também não deixamos de ficar surpreendidos, porque relativamente há pouco tempo, estivemos aqui a discutir nesta casa uma alteração ao Orçamento, onde podiam de facto ter sido introduzidos estes desvios de tesouraria e podiam ser cobertos, claramente. E toda a gente aceitava na maior das boas vontades essas alterações. Agora de facto somos apanhados de surpresa! E a forma como é apresentado este pedido, por muita justificação que tenha, é evidente que quem pede precisa, é evidente que quem pede, tem que dizer a quem quer pagar, como é óbvio, como é óbvio, não estamos numa empresa, onde a constituição de um empréstimo sobre a forma de conta corrente caucionada é pacífica e se faz na maior, serenamente. Estamos numa instituição pública e a instituição pública tem outro tipo de obrigações e nós como deputados da maioria, que suporta esta coligação, de facto temos o dever de chamar à atenção para estas matérias. E Sr. Dr. Marques Pereira, quando nós somos, quando nós apoiamos uma decisão do executivo em consciência somos “seguidistas”, quando não apoiamos, somos o quê? Não somos de confiança? O Senhor Deputado vai ver a confiança que vai ser dada à coligação nas próximas eleições! E se calhar vai andar mais doze anos a penar! Portanto Senhor Deputado tenha calma. Nós de facto sabemos muito bem aonde depositar a nossa confiança e em quem depositar a nossa confiança. E sabemos merecer a confiança dos aveirenses. E quanto a isso

vamos aguardar mais dois meses Senhor Deputado. Vamos aguardar com serenidade, não se preocupe, não se preocupe.

Relativamente a esta matéria, ainda me falta algum tempo, eu gostaria de dizer o seguinte, de facto este dossier não está no meu entender, (como já aqui foi repetido por outros colegas) não está devidamente fundamentado. É evidente que não está. E portanto é preciso ver se são necessários quinhentos mil para pagar subsídios, é sempre quinhentos mil que nós emprestamos! Quer dizer, não vamos pedir emprestados dois milhões e quinhentos mil para pagar quinhentos mil ou seiscentos mil. É um acto de má gestão, claramente. E portanto nós não vamos ir atrás de tudo aquilo que de facto virá, não pode ser.

Nós estamos aqui com a nossa consciência crítica, como temos feito ao longo deste mandato, serenamente e não deixando de apoiar o executivo, como é óbvio. Entendemos que nós estamos em Julho e portanto Julho já cá devia estar fora e já cá está fora com certeza, só que não está nas nossas mãos e devia estar se calhar as contas do primeiro semestre. As contas do primeiro semestre dar-nos-iam mais folga para podermos entender o porquê deste pedido. As contas do primeiro semestre fecham-se a trinta de Junho. E portanto se tivéssemos essas contas e se também tivéssemos algo da parte do Revisor Oficial de Contas, relativamente pelo menos às contas do primeiro trimestre, já seria mais fácil também para nós, analisar e dissecar a extensão desta matéria.

Não nos esqueçamos que isto vai ser objecto de uma análise do Tribunal de Contas. E esta bancada já passou por uma situação desagradável, que foi de ter que ser confrontada pelo Tribunal de Contas e nós não gostamos de ser repetentes em matérias desagradáveis. Gostamos muito de repetir os bons exemplos, as matérias desagradáveis não e como “gato escaldado de água fria tem medo”, nós aí somos como o gato que tem medo de água. E portanto é assim, o seguro morreu de velho e portanto nós também nesta matéria devemos ter as nossas precauções, que são absolutamente legítimas, absolutamente legítimas. Portanto há ainda uma outra questão, há aqui ainda uma outra questão, de facto quando a Câmara está em desequilíbrio financeiro estrutural, a contratação de um novo empréstimo, ainda que seja de curto prazo e ainda que seja para este fim, poderá ser questionável, quando está em situação de desequilíbrio financeiro. E isto é uma matéria que eu não sei se foi devidamente acautelada do ponto de vista jurídico, pela própria Câmara e portanto que eu apelava a que esta matéria fosse muito bem burilada, porque dá-me a entender, quando se está em desequilíbrio financeiro, a minha modesta opinião de acordo com a Lei das Finanças Locais e de acordo com o Decreto-lei n.º 38, que se calhar haveria que ter aqui a maior das prudências nesta matéria.

Eu não gosto de dar passos em falso nesta matéria, nem dar opiniões que sejam meros bitaites, para confundir a opinião pública em véspera de eleições, ou apenas para responder aos meus amigos do PS, nada disso. Nada disso. É para dar um contributo válido e um contributo sério e honesto sobre uma matéria.

Portanto parece-me que posto isto, que seria muito bom que o Senhor Presidente da Câmara, na ausência do Senhor Vereador eu parece que foi passear para o Japão e o que é desagradável numa Assembleia, em que deveria estar aqui para defender esta matéria, seria ele o principal responsável por isto, de facto seria bom que o Senhor Vereador Pedro Ferreira cá estivesse. Como não está peço ao Senhor Presidente da Câmara o especial favor de me responder às dúvidas que eu aqui deixei.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Fazer um pedido de esclarecimento ao Dr. Olinto Ravara e antes de fazer esse pedido de esclarecimento, dizer-lhe que gostei sinceramente daquilo que disse.

Gostei da sua franqueza, da lealdade com que apresentou os factos e até da parte técnica, quer dizer gostei de o ouvir. O que é comum, quer dizer, gosto normalmente de o ouvir.

Mas eu gostaria de lhe dizer duas coisas e fazer duas questões. O Sr. Dr. fala em valor da dívida absoluta, tinha diminuição, dou essa de barato. Mas não foi isso que eu disse: o que eu disse é que a diminuição do valor absoluto é inferior ao valor da venda do 'negócio' das águas!?

Espero que o Senhor Dr. me confirme se isso é ou não verdade? Se a diminuição da dívida neste tempo todo, é ou não inferior ao valor pelo qual foi negociada a concessão das águas?

Segunda questão é a seguinte. Na economia vigora o princípio ceteris paribus. Isto é, nós não podemos estar alterar os pressupostos para arranjar conclusões diferentes.

E o que eu disse e gostaria também que confirmasse e certamente confirmará, e era essa a minha intenção é o seguinte: - o rácio receitas anuais da Câmara divida, é neste momento inferior àquilo que era no passado. Ou seja, é a posição do Raúl Martins contra o Belmiro de Azevedo, se tivesse mais receitas tinha possibilidade de satisfazer mais dívidas, mas como tem menos receitas, como é óbvio não poderá satisfazer tantas receitas.

Última questão que lhe queria colocar é uma questão sobre a fundamentação do processo todo. E dizer-lhe com toda a amizade e respeito que ao longo do tempo fui aqui ganhando por si, se está à espera, sinceramente, que o Senhor Presidente lhe diga que de facto o verdadeiro fim deste valor que vai agora pedir que são para obras eleitorais? O Senhor é suficientemente ingénuo para pensar que ele alguma vez lhe vai dizer isso?"

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

“Oiça, essa é a grande questão que eu coloco ao Senhor Presidente da Câmara.

Eu gostaria de ver preto no branco a que é que se destinam os dois milhões e quinhentos mil euros? Que foi isso que o meu colega de bancada Manuel Prior e toda a gente aqui colocou. Eu também coloco essa questão. Porque é fundamental afectar esta verba que se vai buscar à banca, porque isto é uma receita que tem que ser paga e vai ser paga até 31 de Dezembro. Terá que ser paga e terá que ser paga por algum sítio.

Agora isto vai se destinar a quê? Não podemos ficar apenas por generalidades.

Agora quanto às outras questões eu não tenho aqui os elementos que me permitam responder-lhe, não tenho aqui esses elementos, talvez numa próxima. Se cá estivermos ambos, talvez nós possamos trocar essas impressões.

Mas há uma questão que eu não gostaria também de deixar de referir aqui e de lhe fazer alguma justiça, a si Dr. Raúl Martins e tem a ver com o recurso ao PAEL.

Portanto nós estamos a chegar a um ponto de facto de rotura de tesouraria, que no meu entender técnico, poderia ser evitado, se em devido tempo (estou a falar mais ou menos em Setembro do ano passado) se a Câmara tem optado por fazer o recurso ao PAEL, Plano de Ajuda às Economias Locais.

E lembro-me, não me esqueceu que o Sr. Dr. disse isso e até ficou isolado nessa altura, mas devo-lhe dizer, pronto o PSD respeitou e respeita a decisão do Executivo nessa matéria respeitou, apoiou, embora considerássemos pessoalmente que havia necessidade de recorrer, porque isso era preferível pagar-se as dívidas superiores a 90 dias, que não seriam objeto de acordo com os fornecedores.

E portanto haveria necessidade em nosso entender, pelo menos no meu, de se fazer um recurso de cerca de cinco a oito milhões de euros para regularizar esse passivo. Passivo que iria ser consolidado, iria libertar verbas através do empréstimo bancário a um juro muito inferior a este e isso de facto acabaria por ser uma boa medida de gestão, porque iria injetar fundos a um custo muito baixo e que seguramente serão condições repetidas nos próximos dez anos. E portanto haveria condições para hoje a tesouraria da Câmara ter outra folga que se calhar evitar chegar a esta situação de ruptura.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁷

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁵⁸

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁵⁹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos neste momento a discutir nesta Assembleia, uma proposta que felizmente, poucas vezes nos apareceu, que é de podermos aumentar o passivo e a dívida deste município. Esta proposta que aqui nos chega é uma proposta que está enquadrada legalmente e por isso é possível à Câmara contrair este empréstimo de dois milhões e meio de euros. São invocadas dificuldades de tesouraria devido ao IMI, seja a uma expectativa de diminuição de uma receita, que seria esperada, assim como também um faseamento diferente daquele que tem sido dos anos anteriores, da maneira como os contribuintes pagam e por isso também a maneira como a Câmara recebe esse montante. E também são referidos que é necessário fazer face aos acordos de redistribuição da dívida. Bom, este empréstimo é um empréstimo também que tem a sua particularidade, porque está a ser pedida a sua contratualização agora, estamos em Julho, no dia 18 de Julho e deverá ser pago até 31 de Dezembro com um encargo que se estima próximo de quarenta mil euros. Tem sido defendido sempre nesta Assembleia nestes últimos anos, que deveríamos diminuir as nossas dívidas e não aumentá-las. Devíamos pagar a fornecedores, devíamos ser claros quanto ao destino que damos ao dinheiro público. E isso parece-me que era importante, que nós continuássemos a fazer, pelo menos o PSD, assim continua a pensar. E é por isso que este pedido que a Câmara Municipal nos faz é uma surpresa para nós Partido Social-democrata. E por isso é natural que nós possamos colocar aqui algumas questões, tanto mais que normalmente e quando digo normalmente quero dizer desde sempre, que o PSD tem funções de gestão do município de Aveiro, temos procurado que os membros desta Assembleia e que representam o PSD, possam ser mais bem esclarecidos possível. E por isso nós temos uma prática, que é de reunirmos com os nossos eleitos políticos por parte do nosso partido, para podermos esclarecer muitas das questões que depois debatemos nesta Assembleia. Infelizmente tal não pôde acontecer nesta Assembleia e por isso é natural que os meus colegas de partido tenham colocado aqui algumas questões e eu próprio também tenho que colocar aqui algumas questões. E a questão, quando aprovámos o Orçamento e já aprovámos o Orçamento Rectificativo agora em Junho, a expectativa era que o IMI pudesse dar uma receita superior e isto porque apesar de nós não termos aumentado a taxa do IMI, podemos esperar que o facto das actualizações que têm sido feitas nas matrizes prediais, possam levar a que pudesse haver uma receita maior por parte da Câmara Municipal de Aveiro. A receita do IMI é uma receita que a Câmara Municipal de Aveiro não está a receber da mesma forma, porque dantes recebia em Maio 50% e em Outubro 50%, agora recebe um terço em Maio ou seja o correspondente a 33%, mas em Agosto ou seja, daqui a doze dias já vai receber outros 33%. Diz o Senhor Presidente que esta primeira fatia que recebeu em Maio corresponde a menos dois milhões de euros. Por isso suponho que estes 16% que vai receber agora em Agosto a mais, em relação ao que recebia em Maio, se fosse repartido só por duas vezes, poderá corresponder a qualquer coisa como mais um milhão e meio, eventualmente mais dois milhões de euros, só faltam doze dias e atendendo a que esta deliberação que nós possamos ter nesta Assembleia, é uma deliberação que ainda carece de uma contratualização por parte da entidade bancária e para novamente vir a esta Assembleia, para depois poder ser feita uma nova alteração orçamental, significaria que estaríamos em Setembro a aprovar esta nova revisão orçamental, para que depois a Câmara pudesse fazer face a essas despesas. Nessa altura já a Câmara então terá os 66% da receita do IMI, que nos parece que poderão fazer face, quanto mais não seja aos seiscentos mil euros que o Senhor Vereador Pedro Ferreira se referia na Comunicação Social, de que seriam suficientes para fazer face às despesas mais prementes. Também nos parece que

o contar com uma receita da AdRA no valor de dois milhões ou dois milhões e meio de euros no final do ano, para poder cumprir com o pagamento deste empréstimo, no caso de alguma coisa correr mal e já não era a primeira vez que algumas das entidades, que é suposto fazerem cumprir os seus compromissos, pelas mais variadas razões, poderem não o fazer, poderia deixar esta Câmara numa situação muito difícil. Numa situação tão difícil e que nós já sabemos como é que é, porque nos últimos anos nós vivemos exatamente essas situações. Nós durante muitos anos vivemos com expectativas de receitas relativamente elevadas e devido exatamente a essas receitas muito elevadas, nós não fizemos um empréstimo destes a curto prazo, mas fizemos outras coisas que apelidamos de leasing e de leasing-back. E isso também era para poder ter um fluxo financeiro de caixa que permitisse fazer face a algumas despesas e que lembro que ainda hoje em dia elas não estão pagas. E esse não pagamento é um juro altíssimo. Aqui também este contrato que está a ser celebrado com este banco, também é um juro que poderá ser demasiado elevado e as penalizações, se não houver esse cumprimento serão muito elevadas. E por isso estas são algumas das dúvidas, eu tenho mais mas então reservo-me para uma segunda intervenção, porque para nós seria muito importante que também fosse referido exatamente quais são os pagamentos que falta realmente fazer, quais foram os compromissos que foram assumidos e que nós precisamos realmente de fazer face, se não são só os seiscentos mil euros e se é um montante muito mais elevado e porquê? Porque eu lembro e já aqui foi lembrado pelos meus colegas, mas é muito importante, esta Assembleia e estes membros da Assembleia, já foram confrontados com uma possível ilegalidade, que depois pelos vistos não o foi e felizmente não o foi, de não termos eventualmente obedecido ao Plano de Saneamento Financeiro. E por isso eu gostaria de perguntar e era a última pergunta que fazia, é se realmente se o Senhor Presidente da Câmara nos pode dar a garantia de que aprovando este empréstimo, nós não estamos realmente a infringir de maneira nenhuma aquilo que está consagrado no Plano de Saneamento Financeiro? Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[061](#)

“Quería justificar a ausência do Dr. Pedro Ferreira, do Eng.º Carlos Santos, da Dr.ª Maria da Luz, e dizer que pedimos aquando da solicitação a esta Assembleia, pedimos para que ela decorresse se possível nos dias 12 ou 15 deste mês de forma a garantir a presença de todos os elementos do executivo aqui.

Isso não foi, a Mesa não deu provimento, e de forma unilateral marcou para 18 dentro das suas competências.

Portanto se há alguma responsabilidade a assacar pela não presença do Senhor Vereador e do Senhor Vice-presidente e da Senhora Vereadora, não é naturalmente aos próprios nem a nós, porque no pedido da Assembleia já estava contemplada essa situação de forma a salvaguardar essa falta que as pessoas teriam que dar.

Quanto às questões concretas, actas das Reuniões de Câmara, o atraso nas actas. Bem, agora não há justificação. Como sabe já houve alterações e foram introduzidas de forma a acelerar a aprovação e a publicação das actas portanto não há justificação para isso, para esses atrasos e vou ver o que se passa.

Quanto ao 9.º Relatório da Operação de Saneamento, está a ser preparado pelos Serviços para futuramente vir aqui à Assembleia.

Também em relação ao Filipe Guerra quando diz que tudo isto era expectável e previsível. Era bom que tivesse sido expectável e previsível. Naturalmente não era para nós expectável que da parte do Tribunal Constitucional tivesse acontecido esta decisão; não era expectável certamente que as Águas de Portugal não pagassem dentro do prazo; não era expectável naturalmente em Setembro e Outubro do ano passado, que o IMI pudesse ser pago em três prestações. Não era expectável mas pronto, agora também eu sei que era expectável, depois de ter acontecido, também eu sei que aconteceu.

Só é possível à custa de cortes!?! Não é verdade. Não é necessário corte nenhum porque a receita está prevista. O que aconteceu foi apenas um atraso na entrada desse valor.

O endividamento a médio prazo está esgotado? Claro que não está esgotado senão não podíamos avançar com este pedido aqui assim que foi aqui apresentado.

Quanto à incapacidade de previsão já falámos sobre isso.

Só introduzir algum rigor naquilo que o Dr. Paulo Marques referiu, quando diz que o valor é de cerca de dois milhões e meio. A frase correcta é o valor correcto é até dois milhões e meio. Portanto há aqui uma diferença substantiva. O valor que é solicitado pode ir até dois milhões e meio de forma a apenas ser utilizado aquilo que seja indispensável em termos de momento. Desta forma se for aprovado podemos ir até dois milhões e meio, mas podemos utilizar apenas seiscentos mil em função destas realidades que vão acontecendo.

Aqui o que está em causa de uma forma simples, penso que todos perceberam, houve uma alteração das regras a meio do jogo, o jogo já decorria quando as regras são alteradas, houve decisões que tomaram essas decisões e naturalmente afetam-nos a nós e nós temos que nos ajustar a essas regras que foram alteradas. Estamos aqui apenas a pedir para antecipar uma receita e para não criar nenhum compromisso novo, nem aumentar a dívida, é apenas antecipar uma receita.

O Francisco Picado referiu a questão dos acordos de pagamento que foram aqui aprovados — é verdade. Só por si os acordos de pagamento não justificam isto. Mas também contribuem para isso, para nos criar esta dificuldade. Referiu também muito bem que é verdade que a Câmara devia ter já recebido à data de hoje em média 50% do valor do IMI, que só recebemos 33%. Mas também é verdade e claro que é verdade, que em finais de Agosto, Setembro irá depois acontecer o contrário nessa altura, irá receber 66% em Agosto e Setembro nessa altura, quando no modelo anterior recebia apenas 50%. É exatamente isto que fundamenta o pedido que estamos aqui a fazer. É porque se é verdade em Agosto, Setembro vamos ter em termos de IMI mais valor recebido do que aquilo que era o normal que recebemos em anos anteriores, também é verdade que à data de hoje e é à data de hoje que nós temos que responder aos problemas, a data de hoje não é Setembro, à data de hoje temos que responder a esses problemas, estamos com um corte de cerca de 20% do valor do IMI, desse corte de cerca de dois milhões, naturalmente se tivermos condições para apenas utilizar uma pequena parte do empréstimo, se o dinheiro do IMI vier como será expectável a 20, 25 de Agosto, se vier, já temos condições por exemplo a partir daí para utilizar o dinheiro, como é evidente. Agora o problema é exatamente isso, é que deu-se esta inversão e aquilo que precisamos neste momento que já cá devia estar ou que normalmente estaria, não está cá agora, vai estar apenas em Agosto ou em Setembro.

O Sr. Manuel Prior perguntou aqui, porquê este valor exacto? Como já percebeu não é exacto. Para quê este montante? Penso que referi isso há pouco, para os contratos de empréstimo que nós temos e que temos que religiosamente pagar, para os acordos de pagamento que fomos celebrando também, não será para todos, enfim, em função das necessidades e para os compromissos que temos que cumprir.

Depois a partir daqui penso que o Sr. Manuel Prior já não pediu esclarecimentos, pediu documentos.

Pronto já não foi esclarecimentos propriamente foram documentos que pediu. Uma montanha, uma himalaia de documentos que solicitou e naturalmente que se atempadamente tivesse feito chegar essa preocupação desses documentos todos, dentro do possível teríamos todo o gosto em tê-los fornecidos, em tê-los dados, enfim, teríamos todo o gosto em ter feito oportunamente. Devíamos ter ido ao PAEL. Ter ido ao PAEL era para o executivo o mais fácil de tudo.

Era mais um empréstimo que se contraía, ficaríamos todos a pagar esse empréstimo durante determinado número de anos e pronto tínhamos o nosso problema minorado, não era resolvido.

Estava o nosso do município, nosso, da Câmara, minorado, mas se tivéssemos tomado essa decisão ela não era inócua, ela tinha consequências, portanto isto não é só devíamos ter ido sem analisar e avaliar as consequências que essa decisão teria e como sabem, penso que todos sabem isso. O ir ao PAEL, o minorar o nosso problema, era transportar o problema para cima dos cidadãos e essa foi a perspectiva que aqui defendemos. Minorávamos o nosso, ficávamos mais tranquilos, mais sossegados nós e depois a partir daí as pessoas que pagam o IMI, tinham que pagar mais 30% de IMI ou mais 60% do aumento do IMI e ficávamos todos parece de consciência tranquila de que nós estávamos melhores, mas os cidadãos é que ficavam piores. E foi nessa perspectiva e neste enquadramento, dentro desta filosofia e entendo no respeito que haja pessoas que tenham ideias diferentes destas, entendo e respeito que isso aconteça, mas da nossa, desde o primeiro momento que aqui estamos, foi sempre esta e assumimos isto.

Apesar das dificuldades, apesar dos dramas, apesar das dívidas, não vamos evitar ao máximo imputar esse pagamento aos cidadãos. Foi essa a preocupação e por isso não avançámos para o PAEL e para o ano, como sabem, houve municípios que foram ao PAEL, pediram ao PAEL e para o ano vão ter nos seus municípios os seus munícipes a pagar a taxa máximo de IMI. Fizeram a sua decisão, tomaram a sua decisão, resolveram momentaneamente ou minoraram o seu problema, mas as consequências só se vão apurar a partir de Janeiro de 2015, quando as pessoas começarem a pagar o IMI no valor máximo.

Estamos com dificuldades? Estamos. Mas estamos com dificuldades com muita honra, deixem-me dizer isto, porque não optamos pelo mais fácil, que era pôr o cidadão a pagar aquilo que foram os erros da gestão que nós cometemos, todos, durante estes anos todos.

Quanto ao pedido da Câmara ser uma surpresa. É verdade que é uma surpresa, também para nós foi uma surpresa, aliás estamos no mundo das surpresas, neste mundo actual é só surpresas em cima de surpresas e também nós fomos surpreendidos com estas alterações do IMI, fomos surpreendidos com os subsídios de férias, fomos surpreendidos pelo pagamento das águas de Portugal, são surpresas em cima de surpresas! O problema é que as consequências destas revertem, transportam-se, drenam directamente para nós e naturalmente temos que sofrer as consequências e actuar em conformidade a essas surpresas e naturalmente estamos sujeitos depois a fazer surpresas, porque com tantas surpresas que vão caindo em cima de nós, já não resta outra alternativa senão criar uma surpresa para ultrapassar esses problemas.

Quanto ao faltarem só doze dias para a Câmara receber os cerca de dois milhões de euros da segunda tranche do IMI, era a melhor coisa que podia acontecer no mundo era que só faltassem doze dias, esperemos que faltem um mês, que falte um mês em princípio, será para 18, 19, 20, normalmente entrará. Agora o receio é que é a primeira vez que vai entrar nesse período, num período de férias, não sabemos ainda porque é a primeira vez, qual é a capacidade de resposta da parte das Finanças em poder respeitar esses prazos que tem, portanto é melhor jogarmos com alguma cautela e apontarmos mais para o final do mês de Agosto, inícios de Setembro, podermos receber esses dois milhões, cerca de dois milhões da tranche do IMI que nos estão a fazer tanta falta neste momento. Quanto à utilização como já referi, a utilização do dinheiro como é até e o pedido naturalmente não é inocente é até dois milhões e meio. Exactamente isso. É só utilizar aquilo que for estritamente indispensável em relação a situações concretas e mais difíceis com que nós nos confrontamos. É uma falha na previsão, como foi aqui dito, previsão é isso mesmo, é prever, é procurar antecipar, é criar uma possibilidade, tentando que ela se aproxime em termos de execução o mais possível do que venha a ser a realidade. Mas como eu já vos disse há pouco, não fomos nós que aprovámos o Orçamento, não foi a Câmara de Aveiro que aprovou o Orçamento de Estado para 2012. Não foi a Câmara de Aveiro que se pronunciou em termos Constitucionais em relação ao pagamento do subsídio de férias, não foi a Câmara de Aveiro naturalmente que decidiu que as águas de Portugal não iriam pagar a tranche na totalidade que tinha. Portanto a falha na previsão deve ser imputada a quem teve culpa, a quem decidiu e não a quem é vítima dessa decisão.

Dr. Paulo Jesus, dizer que a Câmara delapidou o património que o PS deixou!? Bem, essa é o máximo, pronto. Está bem, está bem, respeito.

Deixe-me agora dizer-lhe aquilo que disse também em relação a nós — é uma falta de vergonha dizer isso. É quase resposta, é uma falta de vergonha, nem vamos aqui agora falar desses assuntos.

Quanto à gestão ruínosa da Câmara, estou quase a terminar, a gestão ruínosa da Câmara. Eu penso que como sabem todos os anos, a ordem dos técnicos oficiais de contas, todos os anos faz o seu estudo, faz a sua análise, faz a sua avaliação ao exercício dos municípios portugueses e fá-la, avaliação de município para município e depois em termos comparativos entre municípios. Estão lá os dados, penso que a entidade é insuspeita.

E quanto à gestão ruínosa, Aveiro, dados que lá estão, é o segundo município com maior redução de juros e encargos financeiros entre 2011 e 2012. O Município de Aveiro é o que apresenta maior redução de encargos para pagar entre 2011 e 2012, menos trinta e três milhões e duzentos mil euros.

Aveiro deixou de figurar nas entidades com maior diferença entre a execução da despesa e da receita em 2012.

No que respeita ao passivo exigível, dívida, o município de Aveiro passou em finais de 2010 de cento e sessenta e dois milhões para cento e trinta milhões em finais de 2012, o que representa uma diminuição do passivo em trinta e um milhões de euros.

Aveiro representa a quarta maior redução de dívida em 2011, a sexta maior redução de dívida em 2012 e a sétima maior redução de valor absoluto em dois anos.

O nível de liquidez melhorou em vinte e seis milhões de euros.

Os custos extraordinários diminuíram 4,4 milhões de euros. Estes são dados oficiais da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Estamos no céu? Não estamos no céu. A situação está melhor? Está melhor. Os números provam-no, os números demonstram-nos de forma inequívoca que está melhor.

Mas o município de Aveiro ainda tem neste momento um passivo de cento e trinta milhões de euros e isso nunca foi escondido! Nunca.

O município de Aveiro aliás foi aqui dito inúmeras vezes, que a recuperação financeira do município seriam necessários quinze anos, para que o município recuperasse.

Há pouco, os dados, o enquadramento que era dado pelo Dr. Olinto mostrava isso. Foi dito sempre aqui, não foi dito que em 2013 estávamos a zero. Foi dito que o município de Aveiro precisa de quinze anos. Passaram oito. Quem estiver aqui na Câmara no próximo mandato e digo-o à vontade e no outro mandato, pode prometer muitas obras, pode prometer o céu, pode prometer o que quiser, mas depois em Janeiro tem que ter um milhão e meio para entrar nos bancos; em Fevereiro tem que ter mais dois milhões que têm que entrar.

Pronto, a situação do município está melhor, já não estaremos num inferno, estaremos num purgatório neste momento, numa viagem em que estamos a pouco mais de meio dessa viagem e digo-o à vontade, portanto não estou aqui a criar ilusões nenhuma, porque a ilusão leva a seguir à desilusão e de imediato. Não há ilusão nenhuma. A situação é esta, o município vai ter que com muita vontade que nós possamos ter em, quem está aqui à frente e quem está à frente tem sempre a vontade de fazer muitas obras, as obras todas como já aqui foi dito, fazer obras é a coisa mais fácil do mundo e é só dar ordem ao responsável pelas obras para fazer a obra e a obra aparece feita, o problema não é esse.

O município vai ter sempre nos próximos sete anos, nos próprios dois mandatos, vai ter sempre que manter esta postura de equilíbrio. Quanto ao património só vou reafirmar aqui uma que sistematicamente aqui dizemos quanto à delapidação do património. Nas Contas está lá validadas por um Revisor Oficial de Contas, que o património da Câmara aumentou sessenta milhões de euros.

Só agradecer ao Rui Vaz a lição que nos deu aqui uma vez mais, e este pedido de desculpa é um acto de muita coragem que aqui decorreu e eleva o Rui, valoriza-o e dignifica o Rui ser capaz de tornar aqui publicamente essa posição.

E num mundo em que as coisas acontecem com tantos atropelos e com tantos, enfim, valores perdidos que se vão delapidando, é bom conviver com pessoas amigas que mantêm esta postura, esta coragem, ao longo da vida.

Uma sugestão final. Foram colocadas aqui dúvidas, perguntas, questões, algumas de pormenor que exigem um conhecimento muito profundo do assunto. Certamente haverá questões às quais eu não terei sabido responder com pormenor e com rigor que seria exigido. Nós temos connosco aqui assim o nosso responsável máximo pela contabilidade da Câmara, que se deslocou e que está a assistir à Assembleia. Eu propunha, é apenas uma simples sugestão, se me permitir Senhor Presidente, que os trabalhos se assim for entendido por bem, possam ser interrompidos por cinco minutos, que possa decorrer uma reunião com os líderes (com todos é complicado como perceberão) das bancadas, com o nosso responsável do município pela área da contabilidade e que eventualmente possam pôr questões de pormenor às quais eu não terei respondido.

Se for entendido por entender que isso ajuda no esclarecimento às questões, eu já lhe pus a questão, perguntei se ele estaria disponível para poder prestar esses esclarecimentos mais minuciosos, há disponibilidade da parte dele, é agora uma questão da Assembleia e do Senhor Presidente tomar essa decisão. Muito obrigado.”

De seguida, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa colocou à votação a continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando oposição.

Presidente da Mesa:⁰⁶²

“Três questões. A primeira questão é que já é meia-noite, mas julgo interpretar o sentido deste plenário e prosseguirmos a Ordem do Dia desta Assembleia Extraordinária.

A segunda é esclarecer cabalmente esta Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara que esta Mesa ou os nossos Serviços (e tivemos a ocasião ainda há minutos de chamar o Dr. Cartaxo aqui connosco) não ocorreu nenhuma solicitação da Câmara Municipal a referir qualquer data tendo como motivação a deslocação ou não do Senhor Vereador das Finanças — e isso ficou cabalmente esclarecido.

De facto as datas sugeridas pela Câmara foram datas avulso não explicando qualquer tipo de limitação ou condicionante. E essas duas datas que referiu foram meramente indicatórias e tivemos que acertar de acordo com a disponibilidade da presença da Mesa. Até porque, esquecendo à posteriori uma das datas penso que a Câmara Municipal referiu, já não estava nos prazos regimentais de convocatória.

A terceira questão. Solicito aos Senhores Excelentíssimos Líderes de bancada, da opinião ou aceitabilidade desta sugestão do Senhor Presidente da Câmara. Se o desejarem podemos reunir a Comissão Permanente, se não o desejarem podemos prosseguir com a segunda ronda de intervenção do município. Vejo assentamento no prosseguir da segunda volta. Então vamos iniciar a segunda volta.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁶³

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

“Durante estes quatro anos vi, com alguma desilusão, a bancada do PSD a assumir sempre o papel do executivo. Diria até que foi muitas vezes a bancada do PSD a salvar a pele do executivo com uma ou outra excepção, mas foi sempre essa a norma.

Eu lembro-me de duas exceções: uma foi em que alguns presidentes de juntas de freguesia votaram contra a agregação de freguesias, mas mesmo assim, e infelizmente perderam. Outra, mais recente, quando o executivo quis concessionar o estacionamento público por 60 anos.

Hoje, aparentemente, é mais uma exceção, parece. E entre o dia em que nesta assembleia se discutiu a concessão do estacionamento e o dia de hoje há algo em comum, que é público, e que se chama um novo candidato do PSD alternativo a Élio Maia.

Tenho assim alguma pena que este assumir da bancada do PSD das suas reais competências nesta Assembleia, tenha apenas a ver com a questão eleitoral.

Ainda assim, e creio que por essa questão, na bancada do PSD se assumiu hoje a posição política de quem preferia ter aderido ao PAEL!? Eu lembro que adesão do município ao PAEL obrigaria a mais austeridade local, através do aumento de impostos, incluindo precisamente o IMI.

Percebo isso, porque o tal novo candidato do PSD em Aveiro, teve uma gestão tão incompetente em Ílhavo, que ele próprio aderiu ao PAEL, hipotecando os próximos 14 anos daquele município nosso vizinho.

É verdade que é esta a lógica da direita, resolver os seus problemas de liquidez através do aumento de impostos, e por isso percebo que finalmente PSD e CDS se juntem a essa vontade mais antiga e assumida do PS Aveiro, aderir ao PAEL e aumentar os impostos, mas o Bloco não está nisso.

A verdade é que na altura este executivo só não aderiu ao PAEL por uma questão muito simples: porque este executivo de Élio Maia queria continuar a fazer parcerias com privados e a adesão ao PAEL interditaria esses negócios.

E portanto de contos de fadas já todos estamos fartos e não acreditamos. Mas quanto mais não seja, esta discussão serviu bem para perceber a proximidade do PS, do PSD e do CDS na política de austeridade e também para desmascarar também a forma cegamente seguidista de funcionamento à direita.

Mas em tudo, ou quase tudo, e quero acreditar que estes novos tempos de divisão tragam algo de bom ao concelho que é esta proposta chumbar aqui hoje, até porque o presidente Élio Maia resumiu muito bem o que está mal neste empréstimo. Ou seja, quer que esta Assembleia aprove um empréstimo até 2,5 milhões, apesar de só precisar se calhar de 600 mil. Ou seja, o próprio Presidente não conhece a realidade do município e que esta Assembleia aprove uma quantia sem saber onde vai ser gasta. Isto foi o que foi assumido pelo Presidente Élio Maia, aqui. Tenho dito”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶⁵

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁶⁶

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁶⁷

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁶⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶⁹

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁰

“Algumas breves palavras. Houve aqui, desde o Senhor Presidente, até alguns deputados municipais falaram na questão do PAEL. O Senhor Presidente começou por dizer que iria implicar o aumento de 30% do IMI, por isso não avançou para o PAEL.

O PCP e o BE também eram contra o PAEL e o PS era contra o PAEL, chegou a incluir um número na Moção de Censura que apresentou aqui, dizendo que o recurso ao PAEL representava a “falência” deste executivo. E de facto relativamente a essa matéria só vos gostaria de dizer o seguinte. O PAEL permita-me Senhor Presidente explicar isto e não sou professor, o PAEL é um empréstimo, é um programa que pressupõe um empréstimo a 20 anos para financiar 100% das dívidas com mais de 90 dias.

No nosso caso se retirássemos de facto a Somague e outros gigantes, nós tínhamos uma grande relação de pequenos credores, instituições de solidariedade social, clubes e outros pequenos fornecedores, que efectivamente iriam precisar desse dinheiro para injectar nas suas empresas, nas suas economias, nas suas actividades, isso era muito importante.

Isso era muito importante e não se fez! E não se fez. Agora o que é que o PAEL pressupõe? A apresentação de um Plano Financeiro.

E um Plano Financeiro é para cumprir. E na altura a nossa sugestão era que se fundisse este Plano com o Plano de Saneamento Financeiro. Era a forma de juntar, agregar os dois e partir para um único, uma nova fase com base neste Plano. Só que esse Plano tem que ser cumprido, os objectivos que lá vão ser indicados não são mera panaceia, o Plano tem que ser cumprido e se não for cumprido o que é que vai acontecer Senhor Presidente? Aí sim, o município vai ter que subir a taxa do IMI para o máximo, só se não for cumprido, porque não cumpre à partida. Para além disso deixe-me só acabar. É que uma das outras consequências era o facto de não poder baixar a participação do IRS, coisa que se fez.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁷¹

Vogal Sesnando dos Reis (PPD/PSD)⁰⁷²

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁷³

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁴

Vogal Sesnando dos Reis (PPD/PSD)⁰⁷⁵

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁷⁶

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁷

“Eu ouvi aqui hoje muitas vezes a questão do PSD e o PSD agora está a agir assim porque tem outro candidato e só não foi dito “coitado do Senhor Presidente da Câmara”, mas foi implícita essa situação e foi transversal a todas as bancadas, neste caso à minha direita, que são à esquerda.

O PSD graças a Deus é um partido pluralista, também se não fosse eu cá não estaria. Mas eu por ver tanta demagogia vejo-me obrigada a dizer uma coisa, o PSD é um partido pluralista. Algumas pessoas não o farão, mas com certeza que aquelas pessoas que têm maior maturidade democrática, entendem que os lugares não são das pessoas, são dos projectos.

Eu por exemplo nunca votei em pessoas, sempre votei em projectos. E o líder de um projeto mais não é (entendo eu e como eu, sei que muita gente o entende também) aquela pessoa que em determinado momento está em melhores condições de cumprir com um projeto. É apenas isso, mais nada!

É mesmo assim, os lugares, os cargos não são das pessoas, é isso mesmo. E isto eu penso assim desde sempre e muita gente do PSD obviamente talvez não seja a pessoa mais indicada para falar em nome do PSD, mas falo como membro deste partido.

E com relação ao Dr. Élio Maia, também não se percebe, porque foi ele próprio que disse e eu assisti, que não queria ser candidato do PSD. Portanto o PSD não tem que ter medo de nada.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito telegraficamente para dizer que subscrevo as palavras que realmente o Senhor Presidente da Câmara aqui proferiu, quanto à política da consolidação das contas e por isso é que nós o temos vindo a apoiar durante estes quase oito anos e por isso é que realmente para nós é uma surpresa este empréstimo que nos está a ser pedido, porque sempre foi ponto de honra não deixar heranças que possam ser consideradas pesadas por outros que possam vir e esta pode ser uma herança que pode realmente ir para outro mandato, alias será com certeza, porque se é para pagar em Dezembro assim acontecerá. Também questionamos a oportunidade, atendendo a que nós estamos muito

próximos das eleições autárquicas e também porque seria necessário nós fazermos uma outra Assembleia, para nós podermos aprovar ainda o Orçamento Rectificativo que desse então seguimento, a podermos utilizar este empréstimo! E porque não há enquadramento também por aquilo que não nos foi explicado, realmente qual era o enquadramento quanto ao Plano de Saneamento Financeiro. Não sabemos quais são as consequências de, se nós não votarmos favoravelmente este pedido, se vier cá o Orçamento Rectificativo, se nós aprovarmos o Orçamento Rectificativo não vai acontecer o mesmo que já aconteceu anteriormente, em que nós fomos importunados, se assim o podemos dizer, pelo Tribunal de Contas, porque aprovámos um Orçamento que não estava de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro. Por último, só para dizer isto, que realmente por aquilo que o Senhor Sesnando agora acabou de dizer, que tem uma percepção de onde é que vão ser gastos os dinheiros, que acha que realmente vão ser utilizados para as Juntas de Freguesia, porque realmente há outras verbas que são gastas para outras despesas e para outros compromissos, era importantíssimo que nós tivéssemos ali presente a lista das obras, antes de nós tomarmos uma decisão. Por último também dizer que devido ao adiantado da hora e porque realmente também a obediência à Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, não sabemos se foi cumprida ou não, ou se está a ser cumprida ou não, para permitir que realmente este pedido aqui venha e agora sim devido ao adiantado da hora e como temos mais um Ponto para discutir, eu parece-me que nós poderíamos interromper esta Assembleia nesta altura, para podermos pedir à Câmara que nos possa dar realmente este conforto jurídico, que eu acho que é determinante para esta bancada, conforto jurídico da legalidade, de nós podermos, face ao Plano de Saneamento Financeiro que temos em curso de aprovarmos este Ponto da ordem de trabalhos. É esta por isso a minha proposta e a minha recomendação. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [079](#)

“No que disse há pouco, não coloquei em causa a legitimidade da Mesa em marcar a Assembleia para o dia que entendesse ser o mais conveniente. Situa-se no âmbito da sua competência e não pus em causa isso.

Mas naturalmente não gostei que tivesse sido dado a entender que eu não tinha feito pedido nenhum à Mesa da Assembleia. É só para reafirmar que o pedido foi escrito para a Mesa da Assembleia e que pedia por motivos de compromisso ou de agenda, que a Assembleia pudesse ser realizada nos dias 12 ou no dia 15. Só para deixar esta nota clara.

Às vezes fica-me a ideia, não sei se é por uma questão de surdez, se é por uma questão de incapacidade minha ouvirem aquilo que digo. Há dez minutos, um quarto de hora, eu referi aqui em relação à situação do município qualquer coisa deste género, depois de referir números dizia assim: – estamos no céu? Não. Já não estamos no inferno, estaremos no purgatório. Isto é, penso que é claro e inequívoco que eu não disse que o município estava “num mar de rosas”. Disse que o município tem dificuldades! Foi isso que eu disse, aqui há um quarto de hora, dez minutos perante todos.

Aquilo que eu ouvi a seguir de duas intervenções foi – o senhor Presidente da Câmara voltou a dizer, que o município, que estava tudo muito bem, que era “um mar de rosas”. Isto adulterase tudo com uma facilidade tremenda. Em dez minutos no mesmo local dizem-se coisas díspares desta natureza.

O que eu disse foi que estamos melhor do que estávamos, mas que não estamos bem e disse mais, que esteja cá quem estiver nos próximos dois mandatos vai-se confrontar com esse drama, porque ainda tem cento e trinta milhões para serem pagos. Foi o que eu disse.

Se isto é dizer (e isto foi dito por mim) a Câmara está muito bem, não tem problema nenhum, eu penso que há aí naturalmente muito exagero político, como é infelizmente habitual.

Uma nota que há pouco passou, quanto às pavimentações. Uma parte das pavimentações que estão em curso, não têm qualquer custo para o município, portanto não é preciso ir recorrer a

este empréstimo, nem ao PAEL, nem a nada. Por exemplo, as últimas duas que conheceram, Campinos e São Bernardo, o município não teve custo nenhum com a realização dessas obras. Foram a custo zero.

Senhor Sesnando agradecer-lhe o realismo, a sinceridade e a franqueza que nos trouxe aqui, nessa sua análise de quem está no terreno e trabalha e sofre e sente os danos do dia-a-dia. Há pouco referiu que é verdade que tiraram os pózinhos de cima da dívida. Eu percebo naturalmente o que significa pózinhos, mas permita-me que acrescente tal como foi já aqui comprovado, demonstrado em anteriores Assembleias. Houve uma redução de dívida e de compromisso de cem milhões de euros! Cem milhões de euros não são uns pózinhos, são um pouquinho mais pesado do que isso.

Os números das entidades competentes, nomeadamente aquelas que há pouco eu aqui me limitei a ler, que eram os dados dessas entidades, são fantásticos. Enfim, penso que temos motivos a esse nível para estarmos orgulhosos do esforço que todos fizemos, todos, nesse sentido.

Quanto à herança pesada que fica depois com este empréstimo. Bem a herança será uma herança se acontecesse, não acreditamos que seja pesada, na medida em que logo que entre dinheiro que já devia ter entrado, nomeadamente quando o IMI passe para os 66% de entrada em vez dos 50% que eram, criamos logo situação para resolver o problema e para que seja ultrapassado. Que todas as heranças fossem pesadas como esta herança seria, se acontecesse este empréstimo.

Quanto à questão do PAEL. Uma vez mais assumir para o bom e para o mau, para todos os aspectos, realmente que há leituras diferentes. Assumir pessoalmente essa decisão, o que ela tem de bom, o que ela tem de mau, o que possa ter de horrível.

Nós não fomos ao PAEL e permita-me que eu reafirme, para defender os nossos cidadãos. Quem tem que fazer sacrifícios (e reitero isso) somos nós. Quem tem que andar a encontrar soluções, como está a acontecer hoje, quem tem que passar estas situações e a perder estas noites para resolver problemas temos que ser nós os políticos, não tem que ser naturalmente os cidadãos a fazê-lo.

Eu não quero ter um município que esteja tranquilo, que tenha os cidadãos como pedintes. É verdade, se tivéssemos o IMI, no máximo a recuperação financeira tinha sido muito melhor. É verdade que não é fácil gerir e reduzir a dívida com o IMI num valor baixo. É verdade que temos problemas com isso, que nos causa dificuldades, mas entendemos que seria cobardia atirar esses problemas para cima dos cidadãos.

Por último foi aqui apresentada uma sugestão pelo Prof. Manuel António que me pareceu, se percebi bem a questão que colocou, tem a ver mais com a questão do conforto jurídico. Se isto tem ou não, se há a certeza absoluta de que juridicamente a aprovação desta proposta não acarretará nenhum problema, neste caso para a Assembleia e para a própria Câmara, que naturalmente que o aprova.

Se isso for entendido por bem, nós também para acautelar a situação, muito embora aquele caso que se tenha passado há muito tempo, tenha corrido muito bem, de facto não houve nenhuma ilegalidade que tenha sido cometida pela Assembleia, comprovou-se e respeitámos o que tínhamos a respeitar, tudo correu muito bem, mas se for entendido pela Assembleia que conforta, que dá mais segurança haver um parecer jurídico, nós da nossa parte o executivo, eu não vejo problema nenhum em que a Assembleia possa agora decidir, até porque temos ainda outro Ponto ainda para discutir, portanto nisto a Assembleia vai ter que reunir novamente apenas por um Ponto que tem pouca importância, não vejo problema nenhum da parte do município se for esse o entendimento, que o município possa procurar um parecer jurídico, no fundo há-de estar ou não, que esta proposta a ser aprovada não acarreta nenhum problema nem para os membros da Assembleia, nem para os membros do executivo.

Se isso for entendido por bem, estamos perfeitamente disponíveis para que isso vá para a frente essa proposta. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁰

“Senhor Presidente só para ajudar. O PS não vê objeção nenhuma. Se o PSD quer é ser confortado, que o Senhor Presidente faça lá o tal parecer e o PSD sente-se confortado com isso e vamos a isso.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do regimento requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸¹

“Sim, eu reafirmo. Se agora tiver um bocadinho mais de tempo para eu poder explicar qual é a nossa ideia.

Nós temos neste momento em vigor um Plano de Saneamento Financeiro e por isso nós gostaríamos de ter a certeza de que o Orçamento que vai ser revisto, estará de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro que nós neste momento temos em vigor e por isso que este empréstimo vai ao encontro também do Plano de Saneamento Financeiro e que não há problema nenhum. Porque foi isso que deu origem a que o Tribunal de Contas na altura também questionasse, porque nós aprovámos um Orçamento porque não estava de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro.

E também gostaríamos que fosse incluído a relação das despesas que são previstas ou se vai utilizar com este montante que vai ser pedido. Aliás, foram essas as condições que nós gostaríamos de ver contempladas e isso dava-nos todo o conforto para nós podermos prosseguir com este Ponto e aprová-lo.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁸²

“Senhor Presidente sempre que se tem ultrapassado a meia-noite, tem sido para finalizar o Ponto que se está a discutir. Nunca aconteceu de outra maneira. Nunca aconteceu ultrapassar-se a meia-noite, continuarmos como o Senhor Presidente pede para continuar até ao final do Ponto e depois à uma da manhã, dizer que o Ponto vai ser adiado. E eu pretendo que essa tradição não seja alterada, isto é que o Ponto seja votado hoje. Se o Senhor Presidente certamente, nós não precisamos de nenhuma carta de conforto, até porque o nosso voto está definido, o nosso voto é contra, portanto não precisamos de nenhuma carta de conforto, mas se o PSD ou se as pessoas do PSD e do CDS precisam de uma carta de conforto e têm confiança no Presidente da Câmara e o Presidente da Câmara tem a certeza que lha arranja, podem votar hoje e depois ele arranja essa carta de conforto,”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁸³

“Eu ouvi dois argumentos aqui hoje do PSD e vou explicar porque é que me oponho à proposta do PSD. Um dos argumentos tinha de facto a ver com esse conforto jurídico que o PSD parece precisar. E o outro tinha a ver com o tempo a que o dinheiro do empréstimo iria chegar à Câmara e o PSD disse claramente que mesmo que isto fosse aprovado, há dinheiro do IMI que vão chegar antes do empréstimo e que portanto este empréstimo não fazia sentido.”

Presidente da Mesa⁰⁸⁴

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁸⁵

De seguida, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, para reunir a Comissão Permanente.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu conhecimento da⁰⁸⁶ decisão da Comissão Permanente em suspender os trabalhos neste momento da discussão do ponto e prolongar esta Sessão Extraordinária em mais uma reunião, para que o executivo apresente a documentação solicitada pelo plenário, sendo aprovado por maioria.

Presidente da Mesa:⁰⁸⁷

“Excelentíssimos e excelentíssimas deputadas, ouvida a Comissão Permanente e não ocorrendo consenso em relação aos factos que nos levaram à reunião, mas com motivação à vista do líder de bancada do PSD e em articulação com a Câmara Municipal de Aveiro, suspendemos então os trabalhos hoje e será continuado precisamente este Ponto da Ordem-do-Dia na próxima quarta-feira.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁸⁸

Após, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada⁰⁸⁹ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁹⁰ a primeira reunião da Sessão Extraordinária Julho, informando que a próxima reunião será no dia 24 de Julho (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 19 de Julho de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)